

ELD

VOTO

o direito

que é um dever

JORNAL ANO XXI



PORTE
PAGO



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: Patuleia Mendes

MENSÁRIO
N.º 243

MAIO 1995
PREÇO: 120\$00

17 de Junho Eleições Gerais

Votar é...

- Acreditar em nós mesmos
- Assegurar a nossa razão
- Confiar no futuro
- Dar força à ADFA

*Triénio
95/97*

Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Artigos 28.º e 66.º dos Estatutos e das Disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária, a realizar no dia 17 de Junho de 1995 (sábado), das 09 às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais e Locais para o mandato a terminar em 1997.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, Edifício ADFA, em Lisboa, nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

ADFA, 28 de Março de 1995
A Mesa da Assembleia Geral Nacional

O Presidente
Joaquim Francisco Couceiro Ferreira

No 50.º Aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial
o apelo à Paz e concórdia
do Presidente e do Secretário Geral da FMAC

ADFA 21 anos comemorados na Sede
e Famalicão a celebrar em Bragança

Edições SNR

Texto de Armino Roque
Fotos de Farinho Lopes

Um Espaço Aberto à Investigação



O Secretariado Nacional de Reabilitação, numa cerimónia, presidida pessoalmente pelo Dr. António Charana, que decorreu no Centro de Maria Cândida da Cunha, no dia 10 de Maio, às 16H, apresentou as Edições SNR.

O Secretário Nacional de Reabilitação referiu que é fundamental sensibilizar os alunos das universidades para a temática da Reabilitação, apelou por isso, de uma forma especial aos professores universitários presentes, para que se empenhassem em inculcar nos seus alunos o gosto por esta área de investigação. Frisou que se pretende que aquele Centro seja um espaço aberto à investigação e à reflexão, devidamente equipado com bases de dados e outra documentação, para que aí, no ambiente acolhedor da Quinta das Malvasias, se possa efectuar, em conjunto com as universidades, empresas e ONG, um trabalho com uma qualidade cada vez maior.

Nesta sessão foram apresentadas as colecções: Livros SNR, Cadernos SNR e Folhetos SNR, cuja organização é acompanhada pelo Sector da Informação Científica e Técnica do Centro de Maria Cândida da Cunha.

Depois de aberta a sessão tomou a palavra o Dr. Nunes Abreu, que apresentou dois folhetos que visam prevenir a deficiência através de uma de consulta fácil e acessível ao grande público. O Folheto nº1, "Ter filhos saudáveis", aponta como "prioridade das prioridades: a consulta pré-concepcional; a vigilância médica durante a gravidez; e o parto assistido no hospital. Um outro folheto trata a temática de "O desenvolvimento Infantil dos 0 aos 3 anos". Existem mais dois folhetos: um sobre como ajudar pessoas em cadeiras de rodas e outro os cegos.

ENCARAR A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA COMO UM SER ACTIVO

Foi apresentada pelo Dr. Gomes Pedro, o livro de Francisco Alberto Ramos Leitão, "Interação Mãe-Criança e actividade simbólica".

Esta obra, que analisa os

problemas das crianças com Síndrome de Down, foi considerado um conjunto harmonioso, uma obra que "anima, dá esperança e frutos. "Este livro...é ao mesmo tempo, uma obra científica, uma peça literária e um desafio" escreve Gomes Pedro no Prefácio. e mais adiante diz que: "O estudo sobre a interacção mãe-criança e actividade simbólica valeu ao autor...o grau de Doutor numa Universidade Portuguesa, associado a um reconhecimento público de grande mérito científico e profissional. A leitura mais alargada desta obra, agora viabilizada pelo SNR para um vastíssimo leque de potenciais interessados, vai permitir, estou certo, uma participação empenhada e mais científica de todos os interessados na problemática da Comunicação, do Desenvolvimento e do Comportamento infantil e familiar".

De realçar que este livro parte faz parte de uma trilogia onde são também estudadas a Interação Criança-Criança e Educadora-Criança.

O aspecto mais inovador deste estudo situa-se no facto de a criança com deficiência do foro mental deixar de ser considerado um ser passivo,

mas uma pessoa com quem é necessário interagir. Este posicionamento pedagógico representa um corte radical com a forma tradicional que existe na mentalidade dos educadores, a visão rectilínea, mecanicista, é substituída por uma outra bem mais difícil, e por isso mesmo bem mais eficaz, de ir ao recôndito mais fundo do ser humano, perceber a sua maravilhosa complexidade e fazer fluir todas as suas capacidades, citamos uma passagem do livro:

"O sujeito epistémico, em Piaget, é assim um sujeito activo; o conhecimento decorre das actividades e das acções que o sujeito exerce sobre os objectos. Conhecer é agir, actuar, transformar. A inteligência é sempre acção, relação. A inteligência é essencialmente operativa."

AS LINHAS GERAIS

O Dr. António Barroso, Secretário Nacional de Reabilitação Adjunto, fez uma intervenção onde elucidou as linhas gerais que presidem a estas edições que devem ser estruturadas de acordo com as directivas comunitárias.

Falou muito especialmente

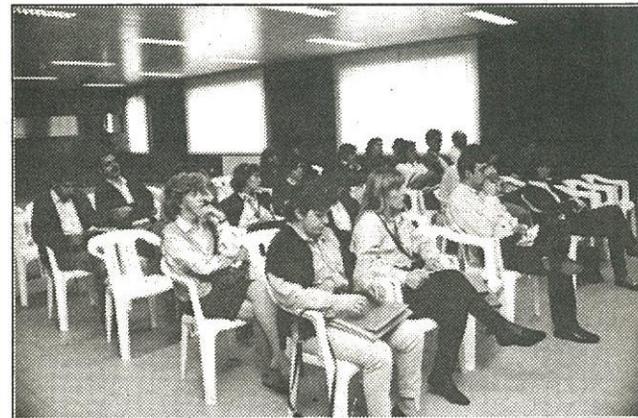
da tradução portuguesa de uma edição do Conselho da Europa "Uma política coerente para a reabilitação das pessoas com deficiência" que, embora tenha sido elaborada em 1992, mantém toda a actualidade como guia das linhas gerais de orientação da política de reabilitação não só em Portugal como na Europa. Considerou a máxima importância estes cadernos para todos aqueles que queiram trabalhar nesta área de uma forma articulada e com perspectivas abrangentes.

O Professor Diamantino Freitas apresentou uma tradução por si efectuada de uma compilação de Stephan von Tetzchner, "Telecomunicações e incapacidade" realçou a importância desta obra e o facto de apesar de as tecnologias estarem muito avançadas, -não tanto na Europa, que se pode considerar nesta matéria subdesenvolvida em relação aos EUA-, ainda há "alguns que estão esquecidos" os deficientes.

O Professor Jorge Bento não pôde estar presente, por se encontrar no Brasil para apresentar o livro "Estudo da influência da capacidade de resistência aeróbia na orientação e mobilidade do cego" de José Moura e Castro, uma dissertação apresentada às provas de doutoramento no ramo de Ciências do Desporto, na especialidade de treino desportivo.

Este trabalho que possui uma ampla bibliografia, considera que: "A pessoa cega apresenta geralmente um comportamento sedentário e grandes dificuldades na sua independência em termos de Orientação e Mobilidade" e "conclui-se que o efeito do treino físico na mobilidade do cego se traduziu numa melhoria do desempenho do trajecto de Orientação e Mobilidade, verificando-se ainda que não foram exclusivamente os aspectos motores da tarefa que influenciaram os resultados, mas também outros factores relacionados com o "stress", que foram reduzidos pelo treino.

Estas obras encontram-se disponíveis no Gabinete de Estudos e Documentação da ADFA (GEDA) para quem os quiser consultar, o que aconselhamos, pois tratam-se de obras de grande qualidade científica e pedagógica.



Enfermeiros de Reabilitação visitam sede da ADFA

No passado dia 11 de Maio do corrente ano, pelas 14:30h, um curso de enfermeiros de reabilitação da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, visitou a Sede da ADFA, com o objectivo de tomarem contacto com a nossa associação e recolherem informações sobre o processo de reabilitação das pessoas com deficiência, incluindo os específicos que dizem respeito aos Deficientes das Forças Armadas.

Após visita às instalações, o grupo de 25 enfermeiros de reabilitação participou num Colóquio animado por dois associados, Lopes Dias e Andrade Pinto, que procuraram abordar os principais aspectos da reabilitação, prestando algumas informações sobre a criação e desenvolvimento da ADFA.

Foram focados, principalmente, os problemas que se colocam aos grandes deficientes motores e sensoriais, no processo de reabilitação e integração sócio-profissional, como a assistência médica e protésica, recuperação funcional, educação e formação profissional, barreiras arquitectónicas, acesso ao emprego e vida social afectiva e cultural.

Após a explanação desenvolvida pelos dois representantes da ADFA, entrou-se num período de perguntas que tiveram como objectivo o aprofundamento e esclarecimento dos temas apresentados, tendo-se verificado um grande interesse por parte dos enfermeiros de reabilitação na recolha de toda a experiência acumulada da ADFA, com a finalidade de poderem, num futuro próximo, aplicar os seus conhecimentos com base na vivência das pessoas com deficiência.

A visita terminou por volta das 17:30h, ficando-nos a certeza de que, mais uma vez, foi possível à ADFA transmitir a sua mensagem a um grupo específico de técnicos de reabilitação, visando a melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência, neste caso, quando internadas nos estabelecimentos hospitalares.

Selo do Automóvel

Finda no mês de Junho o prazo para a sua aquisição.

• ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA •

CLÍNICA GERAL
Médico: Dr. Fernando Brito
2.ª Feira 13:00h
5.ª Feira 13:15h
PSIQUIATRIA
Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h
UROLOGIA (Quinzenal)
Médico: Dr. Paulo Val
2.ª Feira 17:00h

PSICOLOGIA CLÍNICA
Dr.ª Teresa Infante
2.ª Feira 10:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h
4.ª Feira 09:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h

SERVIÇO SOCIAL
Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro
3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h
• c/marcação prévia,
(não se dão consultas aos telefone)
Marcações: D.ª Helena Afonso

Marcações: D.ª Dulce Sousa

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Propriedade, Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA
Tel. 757 05 02 / 05 83 / 06 45 / 07 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica,
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA
Elo Sonoro: Centro de Produção de Material
da Segurança Social de Lisboa e Vale de Tejo

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armino Roque
António Carreiro, Armando Guedes da Fonte, José Maia,
Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1 100\$00
Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:
Europa: 1 800\$00
Fora da Europa: 2 100\$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1 300\$00

Tiragem desde número: 9 000 exemplares

General Vice-CEME assume sintonia com posições da ADFA

No dia 16 de Maio o Vice-Chefe do Estado Maior do Exército General Adelino Coelho recebeu em audiência a Direcção Central da ADFA na ocasião representada pelos seus Presidente, Vice-Presidente e Primeiro Secretário.

O primeiro ponto a tratar referia-se á transferência da nossa Tipografia Escola para instalações cedidas pelo próprio Estado Maior do Exército e que se situam como é sabido na Rua do Sacramento em Lisboa. O General Adelino Coelho foi informado das conversações já havidas com o Ministério do Emprego e Segurança Social para implementação do novo projecto de artes gráficas a implementar e o encontro mantido com o Director Geral de Infraestruturas do Ministério da Defesa Nacional e o Director dos Serviços de Dinamização daquele outro Ministério no sentido de se encontrarem soluções que permitam uma faseada transferência da Tipografia conjuntamente com a implementação de cursos de formação profissional que em projecto conjunto permitiram mais alargada e competente integração de deficientes naquele nosso sector produtivo e de reabilitação.

A ADFA sensibilizou o Vice-CEME para a realidade dos DFAs que optaram pela continuidade de prestação de serviço activo nas fileiras das Forças Armadas os quais não podem usufruir do direito à aquisição de medicamentos com comparticipação a 100% por parte da ADME nas aquisições efectuadas nas farmácias não militares. O General Adelino Coelho prometeu um estudo aprofundado sobre o assunto que a dominância se afigura justo garantindo que seja qual for a solução a dar a tal problema a mesma será transmitida oportunamente á nossa associação.

Finalmente dado que o nosso interlocutor na altura da apresentação do problema exercia funções de General de Quartel Mestre tendo tido parte activa no processo foi-lhe comunicado que se encontra officiosamente definido que a atribuição de meios informáticos a Deficientes Militares Cegos credenciados pela ADFA como frequentadores com aproveitamento de cursos de informática que se integra no espírito do Dec. Lei 43/76 como fornecimento de meios auxiliares de visão. O General Vice-CEME congratulou-se com tal decisão e reiterou toda a sua disponibilidade para continuar nas soluções que lhe estão acometidas e com a sensibilidade que lhe conhecemos a acompanhar e dar provimento a todos os problemas que lhe sejam submetidos quer respeitantes á ADFA quer aos Deficientes das Forças Armadas.

Quotas

Como é do conhecimento geral e se encontra disposto nos Estatutos da ADFA só é permitido o exercício do voto aos associados que se encontrem no pleno uso dos seus direitos. É assim obrigatório que o estado de pagamento de quotas do associado não se encontre em atraso á mais de três meses ou seja que tenha paga a quota referente ao mês de março de 1995.

Alertam-se assim os associados que optaram por continuar a efectuar o pagamento de quotas na Sede e Delegações para o facto relativo ao cumprimento estatutário deste dever associativo para poderem participar num dos mais altos momentos da nossa vida como organização a que responde um acto eleitoral de âmbito nacional e regional.

Tal situação não, se põe relativamente áqueles que optaram pelo pagamento de quotas por desconto em conta bancária e aos quais foi efectuada boa cobrança das mesmas em Janeiro último dado que tal dever está satisfeito até Junho de 1995.

Chama-se também destes últimos associados para o facto de que das suas contas bancárias será descontado o segundo semestre de quotas relativo ao ano corrente no montante de 3.000\$00 durante o próximo mês de Junho.

Delegação de Bragança

Comemoração do 21º Aniversário da ADFA
Dia 04 de Junho de 1995

Almoço-convívio aberto a todos os sócios e familiares da ADFA, mesmo fora da sua área de jurisdição na cantina da escola Secundária em Freixo de Espada á Cinta. - Concentração no Largo da Igreja Matriz, 10.30H - Missa pelos Companheiros falecidos, 11.00H - Almoço às 12.30h - Inscrições até dia 30 de Maio.

Aos Associados e Assinantes

O acto eleitoral de 17 de Junho, toda a sua preparação e sensibilização à interveniência dos associados da ADFA, constitui um dos mais importantes momentos da vida da nossa organização e que obrigou a uma profunda remodelação na normal estrutura do ELO. De outra forma, dentro da atribuição de igualdade de oportunidades, de equilíbrio e de convivência democrática, o nosso Jornal não estaria a contribuir para a função para a qual foi criado.

Diversas matérias, assuntos e artigos já agendados perderam prioridade ante a publicitação das eleições tal como o espaço "Por Dentro da Reabilitação", o espaço do CRPG, todos os anúncios publicitários e maior destaque a diversas actividades, como a comemoração do 21º Aniversário da nossa Delegação de Famalicão.

Espaço e tempo não se compadeceram! - O próximo ELO tratará, seguramente as peças prejudicadas; aos associados e anunciantes, pelos factos evocados e a razão que os motivou, a equipa do ELO apresenta as suas desculpas.

O Director

Delegação de Famalicão 21º Aniversário

Na manhã do dia 21 de Maio começaram a concentrar-se e a conviver, na sede da Delegação de Famalicão, os associados e familiares daquela área, a quem se juntaram, em amigável confraternização, responsáveis e associados da Sede Nacional e das Delegações de Bragança, Porto e Viseu.

Após a celebração de uma Missa, na Matriz Velha da cidade Famalicense realizou-se, com a presença de 115 convivas, um agradável e animado almoço, composto por pratos da gastronomia local, animado por um grupo de típicos cantares minhotos, vindos de Guimarães.

A chamada à participação associativa e à presença no próximo acto eleitoral foram a tônica dos três oradores de serviço; o Presidente da Direcção da Delegação, o Primeiro Secretário da Direcção Central e o Presidente da MAGN.

De realçar que o muito interessante encontro foi acompanhado e divulgado por rádios locais e imprensa da região.

Delegação do Porto Noite de S. João

às 20.00 horas de 23 para 24 de Junho

Mais uma vez a Delegação vai organizar um convívio de sócios e suas famílias nesta noite de festa.

Haverá sardinha assada e fêveras da porco no churrasco, com os respectivos e necessários acompanhamentos.

Também não faltará música para dançar e fogueira para saltar.

Inscreve-te e vem com a tua família diverte-te e convive

Contacta - a Delegação pelos telfs. 820403 - 820744 - Fax. 825242

Delegação de Setúbal Sardinhada 1 de Julho

Um ano mais, e como já nos habituou, a Delegação vai levar a efeito a Sardinhada que constitui já um marco referencial do convívio associativo, que tem ultrapassado largamente as fronteiras da sua área de implantação.

O evento terá lugar na Mata de S. Paulo, e apela-se à participação dos associados a nível de todo o País.

Inscrições - Delegação até ao dia 28 de Junho.

CAMPANHA ELEITORAL EM MARCHA

Veiculando o apelo à participação dos associados nas reuniões a promover pelas Listas respectivas, seguidamente se transcrevem os encontros a levar a efeito, e dados a conhecer ao "ELO" antes do encerramento desta edição. Tais encontros que pretendem, na sua essencia, conhecer melhor os problemas dos associados e as suas ideias dentro do lema "Repensar a ADFA".

ÓRGÃOS SOCIAIS NACIONAIS - Lista B

Conselho Nacional Lista A

- 21 de Maio - **FAMALICÃO** (Almoço de Aniversário - deslocação já efectuada).
- 02 de Junho - **LAR MILITAR** (17:00h)
- 02 de Junho - **SEDE EM LISBOA** (20.30h)
- 03 de Junho - **COIMBRA** (15.00h na Delegação)
- 03 de Junho - **VISEU** (14.00h Delegação)
- 03 de Junho - **ALCOBAÇA** - 10.00h - Centro Cénico da Cela Nova
- **PENICHE** - 16.00h (Câmara Municipal de Peniche)
- 04 de Junho - **BRAGANÇA** (Almoço - Freixo de Espada à Cinta)
- 05 de Junho - **ÉVORA** (17.30h na Delegação)
- 07 de Junho - **SETÚBAL** - (18.30h na Delegação)
- 09 de Junho - **AVEIRAS** - 19.00h (Instalações do Núcleo)
- **LISBOA - SEDE** (às 20.30h)
- 10 de Junho - **FARO** (15:00h na Delegação)
- **CASTELO BRANCO** (15:00 na Delegação)
- 11 de Junho - **FUNDÃO** (Contacto a associados residentes)
- **COVILHÃ** (Contacto a associados residentes)
- 15 de Junho. - **PORTO** (14.30h na Delegação)

Delegação do Porto Lista "A"

- 3 Junho - 15:00 horas
- Viana do Castelo - Sindicato da Industria Metalurgica Metalomecânica, Av. Afonso III, 28.
- Lixa - Bombeiros Voluntários.
- Lordelo - Bombeiros Voluntários Carregais.
- St.º Tirso - Bombeiros Voluntários.
- Cabeceiras de Basto - Bombeiros Voluntários.
- Vila Meã - Bombeiros Voluntários.
- Valongo - Bombeiros Voluntários.
- Arouca - Bombeiros Voluntários.
- Penafiel - Bombeiros Voluntários.
- 9 de Junho - 21:00 horas
- Vila do Conde - Bombeiros Voluntários.
- 10 de Junho - 11:00 horas
- Chaves - Bombeiros Voluntários.
- 10 de Junho 15:00 horas
- Vila Real - Bombeiros Voluntários - Cruz Verde.
- Ponte da Barca - Associação Desportiva (Junto aos B. Voluntários).
- Viana do Castelo - Junta de Freg. da Meadela.
- Feira - Junta de Freg. da Feira.
- Felgueiras - Bombeiros Voluntários.
- 15 de Junho - 15:00 horas
- Porto - Delegação.

Lista B

- 2 de Junho - 21:30 horas
- Vila do Conde - Bombeiros Voluntários.
- 3 de Junho - 10:30 horas
- Vila Real - junto à aos Bombeiros Voluntários.
- 3 de Junho - 12:30 horas
- Vila Pouca de Aguiar - junto à Câmara Municipal.
- 3 de Junho - 15:00 horas
- Lordelo, Paredes - junto à Sede dos Aliados de Lordelo.
- Chaves - junto aos Bombeiros Voluntários.
- 3 de Junho - 16:00 horas
- Feira - Junta Freg. de S. Fins.
- 3 de Junho - 18:00 horas
- Valpaços - junto à Câmara Municipal.
- 9 de Junho - 21:30 horas
- Valongo - Junta de Freg. de Valongo.
- 10 de Junho - 10:00 horas
- Lixa - junto aos Bombeiros Voluntários.
- 10 de Junho - 15:00horas
- Amarante - junto aos Bombeiros Voluntários.
- 15 de Junho - 10:00 horas
- Esposende - junto à Estalagem Zende.
- 15 de Junho - 14:30 horas
- Viana do Castelo - junto ao Gimnodesportivo.
- 15 de Junho - 16:30 horas
- Caminha - junto à Câmara Municipal.
- 15 de Junho - 18:00 horas
- Valença - junto aos Bombeiros Voluntários.

17 de Junho de 1995

Eleições

Órgãos Sociais Nacionais Órgãos Sociais Locais

De harmonia com o deliberado pela Comissão Nacional Eleitoral o espaço desta edição do "ELO" é, muito especialmente, dedicada ao acto eleitoral referente ao triénio 1995/97.

Transcrevem-se todas as Listas, correcta e atempadamente entregues à MAGNE, quer as Nacionais quer as das Delegações, tal como as respectivos Programas de Acção conhecidos.

Dentro de deliberação da CNE foi posta à disposição das Listas concorrentes aos Órgãos Sociais da Delegação do Porto, única em que concorrem duas candidaturas, uma página de publicidade eleitoral para cada uma delas, dentro do espírito de igualdade de oportunidades.

Não será necessário salientar a importância de um acto eleitoral na vida colectiva de uma Associação, no momento em que nova estrutura orgânica se encontra definida pelos Estatutos.

Votar é um apelo à consciência de cada um de nós, um desafio à participação e o garante de que a decisão de cada um de nós é um degrau seguro na escada do futuro da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Órgãos Sociais Nacionais

Lista B

TERMO DE CANDIDATURA

De acordo com os Estatutos e Regulamento Eleitoral da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, os associados abaixo indicados candidatam-se aos Órgãos Sociais Nacionais da A.D.F.A. para o triénio 95/97, em eleições que terão lugar no dia 17 de Junho de 1995, para os cargos que a seguir se descrevem:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente	Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício	n.º 208
1.º Secretário	Humberto Sertório Fonseca Rodrigues	n.º 150
2.º Secretário	José Alberto Bento Raimundo	n.º 11521

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente	António J. Lavouras Lopes	n.º 2
1.º Vice-Presidente	Manuel Lopes Dias	n.º 379
2.º Vice-Presidente	Augusto A. Catarino Salgado	n.º 6627
1.º Secretário	Cândido M. Patuleia Mendes	n.º 519
2.º Secretário	José Solles Girão	n.º 895
3.º Secretário	Luís de Almeida Machado	n.º 11534
Tesoureiro	João Manuel Sarmento Coelho	n.º 1868

CONSELHO FISCAL NACIONAL

Presidente	Armando Ramos Alves	n.º 248
Secretário	Orlando Helder Serra Passos Silva	n.º 11023
Relator	Armindo Matos Roque	n.º 272
1.º Vogal	Amável de Jesus Fernandes Esteves	n.º 3300
2.º Vogal	Alberto de Jesus Timóteo	n.º 12101

PROGRAMA DA LISTA CANDIDATA AOS ÓRGÃOS SOCIAIS NACIONAIS (MAGN, DN e CFN)

1. CONSTITUIÇÃO DA LISTA

O surgimento da actual lista candidata aos órgãos sociais nacionais é o corolário lógico da revisão estatutária e do elevado sentido de participação e responsabilidade demonstrado por grande número de sócios nas diversas reuniões e assembleias gerais realizadas. Este renascimento associativo permitiu um envolvimento alargado de sócios, sem precedentes, na feitura desta lista única, mas englobante das várias formas de sentir a Associação. Temos, desta forma, a garantia duma Associação mais forte e com melhores condições para enfrentar os desafios que no futuro próximo lhe serão colocados.

2. ORIENTAÇÃO GERAL

Participação e transparência associativas
Dignificação da pessoa deficiente
Exercício da cidadania plena
Vida condigna do deficiente militar
Correcto reconhecimento do sacrifício dos militares falecidos

Com o início do próximo mandato dos órgãos sociais, a ADFA entrará num novo ciclo da sua existência, com os seguintes traços fundamentais: maior participação associativa e maior transparência, no plano interno; maior presença e mais intensa defesa dos direitos dos deficientes, no plano externo.

Durante o próximo mandato, a ADFA reafirmará a sua vocação humanista, centrando a sua actuação na dignificação da pessoa deficiente.

A ADFA pugnará pelo direito dos deficientes à cidadania plena, numa sociedade mais humanizada: direito de participa-

ção no progresso económico e no desenvolvimento social, bem como de partilha dos benefícios inerentes.

Para os que nas fileiras das Forças Armadas se deficientaram ao serviço da Nação, a ADFA exigirá destas condições que lhes garantam uma existência digna, na exacta proporção do sacrifício das suas vidas em plena juventude.

A ADFA exigirá o correcto reconhecimento, por parte da Nação, do sacrifício da vida dos militares falecidos, ao seu serviço, no estrito respeito pelos sentimentos e direitos dos seus familiares.

3. ACÇÃO INTERNA

Ganhar a aposta que fazemos em nós próprios
Humanizar o espaço associativo
Preparar a ADFA para o ano 2000
Contribuir para definição da política de reabilitação do século XXI

3.1. APLICAÇÃO DOS NOVOS ESTATUTOS

A aprovação dos novos estatutos projectou a Associação para o futuro. Os novos órgãos sociais nacionais aproveitarão todas as potencialidades por este meio criadas, no sentido de preparar a ADFA para o ano 2000. Serão mobilizados todos os recursos associativos, reais e potenciais, sobretudo humanos, mas também materiais, para que a ADFA venha a imprimir o seu próprio cunho à política nacional de reabilitação para século XXI.

Para conseguir o pleno funcionamento da nova estrutura orgânica da Associação, apostamos em nós próprios, ou seja, na disponibilidade e dedicação redobradas e desinteressadas de todos os sócios. É um desafio que nos propomos ganhar.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, a Direcção Nacional e o Conselho Fiscal Nacional criarão todas as condições para que o Conselho Nacional, com a sua nova constituição e competências alargadas, seja um órgão-chave na superior orientação da Associação.

A MAGN empenhar-se-á, muito particularmente, na difusão permanente de toda a informação disponível junto dos conselheiros, habilitando-os a uma intervenção associativa a todo o momento.

Pretende-se que todos os membros deste importante órgão social sejam referências associativas e que a sua presença, em qualquer ponto, seja significado de impulsionamento da Associação.

O Conselho de Reabilitação, órgão consultivo a criar pelo Conselho Nacional, por proposta da Direcção Nacional, reflectirá, na sua constituição, uma experiência e um saber sobre integração social ímpares em Portugal e será dotado dos meios de funcionamento necessários para ser o suporte técnico da voz autorizada da ADFA no exterior. Este órgão técnico pronunciar-se-á sobre todas as iniciativas respeitantes à reabilitação e integração, desde o apoio social prestado aos sócios, as actividades de lazer, as estruturas de recuperação e formação, até à investigação científica.

Para a constituição do Conselho Económico, órgão consultivo igualmente a criar pelo Conselho Nacional, procurar-se-á mobilizar os sócios especialistas desta área. Será também dotado dos adequados meios de funcionamento, para que possa fornecer à Direcção Nacional as necessárias indicações sobre o melhor aproveitamento dos recursos económicos existentes e sobre a sua ampliação. A actuação deste importante órgão consultivo será fundamental para o encaminhamento da Associação no sentido de uma progressiva autonomia económica e com maior capacidade de resposta para as solicitações cada vez mais prementes dos associados.

O Conselho Jurisdicional, o terceiro órgão consultivo a criar, merecerá a maior atenção quanto à sua constituição, tanto na componente técnica como na associativa, já que irá pronunciar-se sobre matérias de especial melindre, nomeadamente de carácter disciplinar, em que os direitos dos sócios devam ser salvaguardados.

Proceder-se-á à implantação de núcleos no estrangeiro, especialmente nos PALOP. Estes núcleos serão dotados dos meios possíveis para o apoio especial de que os sócios aí residentes necessitam.

Ainda durante o mandato, serão criadas condições para a realização, por deliberação do Conselho Nacional, de um congresso com as novas competências, para definir as grandes linhas de actuação da ADFA.

Os órgãos nacionais têm agora, até por força da sua própria designação, um carácter mais nacional do que os anteriores. Por isso, embora respeitando e valorizando a autonomia das delegações e dos próprios núcleos, procurarão uma articulação com os órgãos locais, garantindo um desenvolvimento harmonioso de toda a Associação, através da possível sintonia de projectos e práticas associativas. Serão, contudo, sempre salvaguardadas e apoiadas todas as iniciativas locais dentro dos objectivos da Associação. Será dispensada uma atenção especial às delegações que até aqui têm revelado menor dinâmica, corrigindo deste modo assimetrias e evitando situações desvantajosas para sócios de algumas zonas.

3.2. PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA

A responsabilidade do desenvolvimento associativo não se circunscreve aos associados eleitos. De todos se espera um maior empenhamento, com ideias, sugestões, críticas, iniciati-

vas, participação em actividades específicas. Os órgãos sociais nacionais suscitarão o interesse pela participação associativa essencialmente através da difusão e circulação de toda a informação, de modo que cada sócio sinta o pulsar da Associação e o identifique com o seu próprio pulsar.

A participação crítica é um direito de cada sócio e é um imperativo associativo. O jornal "ELO" passará a ser um espaço totalmente aberto às diferentes formas de pensamento e expressão entre os sócios. Será definida a linha editorial do jornal, não dependente da Direcção Nacional, com um director e um corpo redactorial garantido dessa abertura e independência.

O envolvimento mais activo dos sócios será solicitado em duas áreas fundamentais: o atendimento e os tempos livres. Quanto ao atendimento, para além do reforço da capacidade dos serviços da sede e correspondente sintonia com os das delegações, pretende-se criar um grupo alargado de sócios disponível para diálogos de amizade e camaradagem com aqueles que se dirigem à Associação, reforçando agora esta terapia de grupo que sempre, de modo espontâneo, praticámos. No domínio da ocupação dos tempos livres, temos um grande vazio a preencher. Para isso será criada uma estrutura própria, com a participação de sócios disponíveis, que irá implementar um conjunto de actividades nos domínios do desporto, convívio, cultura, etc.

O verdadeiro capital da ADFA é humano. Vamos investir, mais e melhor, ao serviço de nós próprios e da comunidade. Vamos desencadear a campanha dos direitos e deveres dos associados. A ADFA, através dos futuros órgãos, compromete-se na salvaguarda dos seus direitos. Apelaremos para o cumprimento dos seus deveres. Procurar-se-á trazer ao exercício efectivo do associativismo aqueles que descuraram o pagamento de quotas, realçando, nessa campanha, as compensações do uso pleno da qualidade de sócio: Vamos também, através dessa campanha, encontrar forma de mais rápida e eficientemente abrir as portas da Associação a todos os deficientes militares e familiares dos militares falecidos que ainda não são sócios.

As famílias dos sócios deverão ter na Associação um espaço cada vez maior. Serão criadas condições para o seu envolvimento e participação em diferentes níveis.

3.3. SERVIÇOS

A gestão da ADFA será baseada em actividades. Pretende-se que, por si, respondam aos desafios que objectivamos e correspondam a uma melhoria de qualidade pela eficiência do sistema. A melhoria da qualificação dos recursos humanos, por via de uma formação cada vez mais especializada, que permita a optimização progressiva de outros factores (fundamentalmente instalações e tecnologia).

A qualidade e a diversidade de serviços a prestar aos sócios e familiares, ou ainda à sociedade, sustentarão as oportunidades necessárias à revitalização da vida associativa e à criação da imagem da ADFA como instituição essencial no meio militar e de boa reputação na sociedade civil.

Os fundamentos organizacionais para a gestão preconizada passarão por uma estrutura claramente definida, em que o controlo detalhado e rigoroso dos custos será suportado por métodos de avaliação frequente e específica.

Manter-se-á a dupla vertente da ADFA - defender os direitos dos associados junto das entidades competentes e resolver directamente muitos dos problemas prementes dos deficientes. Esta segunda vertente, atendendo à faixa etária a que pertence a maioria dos sócios - mais de 40 anos -, necessita de ser acentuada e sê-lo-á.

Toda a Associação será um espaço humanizado, onde o sócio se sintam bem, com serviços mais eficientes.

Serão ampliados e reforçados os serviços de apoio médico directamente na Associação.

Serão criadas condições para apoio nos hospitais a sócios internados, bem como no domicílio aos que têm difícil mobilidade.

Serão estudadas formas de intervenção directa da ADFA no processo de colocação e reparação de próteses.

Será repensado o serviço de formação profissional, de modo a responder melhor às actuais necessidades dos sócios e eventualmente dos familiares.

Será conferida maior eficiência e celeridade ao serviço de apoio processual.

Serão disponibilizados os resultados dos estudos especializados no âmbito do Gabinete de Estudos e Documentação e acolhidas todas as sugestões dos sócios.

A situação dos ex-militares afectados pelo "stress" de guerra será encarada, de modo a tipificar os casos que se enquadram no conceito de deficiente da ADFA. Consequentemente, serão criados esquemas de apoio directo a estes associados.

O bar e restaurante da sede será efectivamente um serviço a prestar aos sócios, familiares e amigos, um espaço que se pretenda acolher e convidativo.

O jornal "ELO" é em si também um serviço, pelas informações que mensalmente leva aos sócios. Acentuar-se-á este pendor informativo.

4. ACÇÃO EXTERNA

Dignidade no relacionamento com os poderes constituídos

Expressão pública da voz autorizada da ADFA
Construção do edifício legislativo dos deficientes militares
Solidariedade activa com todos os deficientes

4.1. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

-A ADFA, pelo universo de cidadãos que a constituem e pelos valores que representa, procurará preencher com dignidade-o espaço de relacionamento institucional que por mérito próprio lhe cabe.

-Manterá com todos os órgãos de soberania uma relação de respeito e colaboração na resolução do problema global da exclusão dos deficientes.

-Aprofundará e estreitará as suas relações com as Forças Armadas, das quais a própria ADFA emana e de que é o prolongamento na sociedade civil. Colocará à sua disposição todo o conhecimento e experiência de interesse para a segurança social dos militares do activo.

-Relacionar-se-à com as estruturas oficiais da reabilitação com espírito de participação empenhada no processo de integração social dos deficientes portugueses.

4.2. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

-A ADFA procurará dar expressão pública à sua voz autorizada sobre a integração social dos deficientes, prestando deste modo, numa perspectiva pedagógica, mesmo que crítica, um importante serviço à comunidade.

-Através do necessário diálogo público entre os deficientes e os outros, procurar-se-á a compreensão das reais causas da marginalização, bem como a determinação das vias da integração. A experiência e o saber da ADFA são um património que colocaremos ao serviço da sociedade em geral e dos deficientes em particular. A sede da Associação será um fórum aberto da discussão pública da deficiência.

-Dar-se-á uma projecção pública condigna a algumas realizações da ADFA, especialmente ao seu aniversário, momento alto de reencontro da Associação com a sua história.

4.3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

-A ADFA esteve na base da criação do CRPG (Centro de Reabilitação Profissional de Gaia) e tem uma participação predominante na sua gestão e orientação. No futuro procurará desenvolver e engrandecer a acção deste centro, como estrutura de reabilitação modelo ao serviço dos deficientes portugueses.

-Procurará criar condições em Lisboa para o lançamento de uma experiência semelhante, no domínio da reabilitação e manutenção funcionais, aberto igualmente a todos os deficientes.

-A Tipografia-Escola da ADFA tem sido um modelo de aproveitamento das capacidades laborais dos deficientes. Será dado seguimento ao processo da sua transferência e ampliação, aumentando assim o número de postos de trabalho para deficientes, não só das Forças Armadas.

-A ADFA iniciou, na sede, um trabalho de investigação pioneiro sobre as causas da exclusão dos deficientes. Esta iniciativa terá seguimento, procurando-se envolver num debate profundo os deficientes e a comunidade, especialmente os agentes de cultura, os que maiores responsabilidades têm nos processos de reprodução das formas de exclusão.

4.4. MEDIDAS DE ADOÇÃO URGENTE

-O edifício legislativo dos deficientes militares está inacabado. A ADFA procurará, no imediato, atingir três objectivos fundamentais: obter a garantia da intocabilidade dos direitos fixados para os deficientes da campanha, conseguir melhorar o estatuto dos deficientes em serviço e definir os direitos dos deficientes sem nexo de causalidade com o serviço.

-Especificamente, procurará a aprovação das seguintes medidas:

- .recomendações da 6ª Conferência da FMAC ;
- .abaixamento do grau de incapacidade na abrangência da lei dos grandes deficientes em serviço;
- .cálculo da pensão dos DFA na base do último escalão do posto;
- .acumulação de pensões e vencimentos dos deficientes em serviço.
- .extensão do direito à pensão de preço de sangue a todas as viúvas dos deficientes militares;
- .reapreciação da legislação dos familiares dos deficientes falecidos;

-A ADFA tentará constituir-se parte interessada no processo das graduações.

-A assistência médica e protésica facultada pelos serviços de saúde militar tem provocado algum descontentamento nos deficientes das Forças Armadas. Procurar-se-á obter um tratamento em consonância com a qualidade de deficiente militar, muito especialmente dos grandes deficientes, utentes quase permanentes dos serviços.

-A faixa etária em que a maioria dos deficientes das Forças Armadas se situa, forçadamente mais avançada para os grandes deficientes, exige uma definição clara e urgente da política de lares militares. A ADFA empenhar-se-á de imediato na procura das soluções adequadas.

-A questão do "stress" de guerra carece de uma caracterização legal. A ADFA empenhar-se-á em essa caracterização e consequente definição dos direitos dos que forem considerados deficientes.

4.5. ESTRUTURAS DE REABILITAÇÃO.

-A ADFA terá uma participação mais activa no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, dando o seu contributo para a implementação de uma política da reabilitação, coerente e articulada com todos os departamentos do Estado. Fará sentir a necessidade de as preocupações com os deficientes percorrerem toda a sociedade; desde o cidadão ao serviço público, passando pela família, colectividade, escola, empresa, etc.

-Far-se-á sentir a necessidade de criação, no Ministério da Defesa Nacional, de uma estrutura de estudo e formulação de propostas sobre os problemas específicos dos deficientes das Forças Armadas. Nessa estrutura deverão convergir os contributos dos três ramos das Forças Armadas, que directamente prestam a assistência médica e protésica, e da própria ADFA.

4.6. PARTICIPAÇÃO NA FMAC

-A ADFA terá uma participação na FMAC mais interveniente. Procurará que esta importante organização internacional tenha um maior protagonismo na defesa dos interesses dos deficientes militares de todo o mundo, sobretudo dos resultantes de guerras recentes e de países com fracos recursos.

-A ADFA constituir-se-á em pólo difusor, em Portugal, das preocupações e resoluções da FMAC.

4.7. SOLIDARIEDADE COM TODOS OS DEFICIENTES

-A ADFA será activamente solidária com todos os deficientes portugueses, tanto individualmente como através das suas organizações representativas.

-Esta solidariedade activa poderá, sem prejuízo da autonomia de cada organização, revestir-se de formas de actuação conjunta, se os interesses dos deficientes o exigirem.

-A ADFA aprofundará a cooperação com os deficientes dos PALOP, quer através da FMAC, quer directamente. Esta cooperação, de que a ADFA sairá enriquecida, poderá revestir-se de formas de apoio concreto, a partir de Portugal ou oriundas da União Europeia.

5. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

-O Conselho Fiscal Nacional, no âmbito das suas competências, zelará, ao longo do mandato, pelo cumprimento do presente programa.

Lista A

LISTA AUTÓNOMA AO CONSELHO NACIONAL DA ADFA

<u>Conselheiros Efectivos</u>	
José da Silva Monteiro	nº. 1948
José Eduardo Gaspar Arruda	nº. 593
António Guerreiro Calvino	nº. 5
António Manuel Garcia Miranda	nº. 3097
Jerónimo Dias Moreira de Sousa	nº. 8237
Manuel Joaquim Calhau Branco	nº. 1591
José Luís Rodrigues de Noronha	nº. 1625
Augusto Correia da Silva	nº. 82
José Manuel da Cunha Lomelino Victor	nº. 8327
Albertino Flores Santana	nº. 566
José Manuel da Silva Furtado	nº. 20
José Elias Gabirro Fernandes	nº. 4758

<u>Conselheiros Suplentes</u>	
Lia Katali Fakir	nº. 9425
José Manuel Farinho Lopes	nº. 839
Luís Baltazar Simões Ribeiro	nº. 65
António Augusto Almeida Santos	nº. 5157

Conselho Nacional - Programa Eleitoral

Os novos Estatutos da ADFA atribuem acrescida importância ao papel a ser desempenhado pelo Conselho Nacional no quadro dos Órgãos Sociais da Associação.

Se o CN é, agora, um órgão "novo" nas suas competências e composição, tê-lo-à também de ser no seu funcionamento e na sua prática.

Cumpre-lhe, como, aliás, aos outros órgãos e a todos e a cada um dos associados, contribuir para a continuada concretização dos objectivos da ADFA, numa batalha que terá que ser travada todos os dias. E cumpre-lhe, necessariamente, exercer, cabal e responsabilmente, as competências que o artº. 36º dos Estatutos lhe atribui.

É uma tarefa exigente e que impõe um grande empenhamento e sentido de responsabilidade àqueles que vierem a integrar o CN.

Por isso nos candidatamos. Temos o sentido dessa exigência e dessa responsabilidade e iremos traduzi-lo em trabalho que nos propomos desenvolver.

Os candidatos ao Conselho Nacional, a eleger nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 35º. dos Estatutos da ADFA, privilegiando muito embora o respeito pelas ideias de todos os conselheiros, comprometem-se perante os associados a pugnar para que o Conselho Nacional tenha maior intervenção na vida associativa e na gestão da ADFA, maior responsabilização nas decisões tomadas e prontidão da respectiva execução bem como maior dignificação institucional.

Com vista à concretização destes grandes objectivos pugnamos, leal mas frontalmente, para que o Conselho Nacional:

A. No quadro do desenvolvimento da acção da Associação.

1. Seja o garante da pureza dos princípios orientadores da ADFA.
2. Seja o garante da coesão dos objectivos e actividades desenvolvidas pelo conjunto dos órgãos sociais.
3. Esteja atento ao cumprimento dos Estatutos, dos regulamentos e das deliberações tomadas pelos Órgãos Sociais.
4. Promova, no decurso do mandato, a realização do Congresso da ADFA e velar pelo exacto cumprimento das teses nele aprovadas.
5. Divulgue na sociedade em geral e nas Forças Armadas em particular os objectivos e a acção da ADFA.
6. Contribua para reforçar o posicionamento e o papel da ADFA no relacionamento institucional com os órgãos de soberania, os órgãos autárquicos, organizações de deficientes e demais instituições.
7. Contribua para a orientação da participação da Associação em organizações internacionais em que esteja filiada.
8. Fomente e participe activamente em iniciativas de revitalização da vida associativa.
9. Exija uma gestão da ADFA mais voltada para os associados e de maior eficácia e rigor administrativo e financeiro.

B. No quadro de relacionamento com os órgãos sociais da ADFA

10. Promova uma estreita articulação com o DN e o CFN e acompanhe a actividade desenvolvida por estes órgãos.
11. Mantenha uma ligação estreita e efectiva com as Delegações, os Núcleos e os associados, promovendo entre estes a discussão das grandes questões associativas, designadamente o exercício pleno do direito à reabilitação, à pensão, à integração social, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida dos associados.
12. Contribua para o esforço da acção das Delegações e para a participação destas nas suas estratégias definidas pelos órgãos nacionais.
13. Fomente o bom relacionamento entre todos os Órgãos Sociais
14. Dinamize a criação e o funcionamento dos Conselhos previstos na alínea m) do artº. 36º dos Estatutos.
15. Reúna extraordinariamente sempre que razões associativas o justificarem.

C. Funcionamento interno

16. Reúna com regularidade possível, nas Delegações.
17. Confira maior funcionalidade às suas reuniões e maior celeridade ao cumprimento das decisões tomadas.
18. Designe de entre os seus membros eleitos em listas próprias, um secretariado que fará a ligação inter órgãos.

Órgãos Sociais Locais

TERMO DE CANDIDATURA

De acordo com os Estatutos e Regulamento Eleitoral da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, os associados abaixo indicados candidatam-se aos Órgãos Sociais Locais da ADFA para o triénio 95/97, em eleições que terão lugar no dia 17 de Junho de 1995, para os cargos que a seguir se discriminam:

DELEGACÃO DOS AÇORES

"A Comissão Nacional Eleitoral informa os associados da área da Delegação que não foi recebida qualquer lista de candidatos aos Órgãos Sociais Locais.

Os associados devem, no entanto, nos termos dos artigos 10º e 11º dos Estatutos, exercer o seu dever/direito de voto para os Órgãos Sociais Nacionais".

DELEGACÃO DE BRAGANÇA - Lista A

Mesa da Assembleia Geral de Delegação		
Presidente	António Eugénio Fernandes	nº. 8297
1º Secretário	Luís Manuel Mendes	nº. 2780
2º Secretário	José Augusto Pereira Gomes	nº. 2779

Direcção de Delegação		
Presidente	Domingos António Seca	nº. 2778
Secretário	José Manuel Rodrigues Cristóvão	nº. 2789
Tesoureiro	Francisco António Fernandes	nº. 5455

Conselho Fiscal de Delegação		
Presidente	Jorge Augusto Alves Rodrigues	nº. 6467
Relator	Gil do Espírito Santo Martins	nº. 2777
Vogal	Maximino António Pires da Silva	nº. 10293

Conselho de Delegação - Lista A		
Efectivos	Olímpio Sebastião Ferreira	nº. 2783
	Manuel Joaquim Morais	nº. 2775
	José Clemente Reis	nº. 2774
	Mário dos Santos Gerales	nº. 7408
	Vitoriano de Jesus Veríssimo	nº. 5348
	Valdemar Luís Ramos	nº. 12810
	Anibal dos Santos Fernandes	nº. 2769
	Carlos Alberto dos Santos	nº. 2785
	José Augusto Cêpeda Martins	nº. 8681
	Viriato dos Santos Eiras	nº. 2913
Suplentes		

Programa de acção

- Propõe-se a Lista "A" com o seu programa de acção:
- Dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, designadamente:
 - Nos contactos Delegação-Associado. Indo ao encontro daqueles que mais dificuldades sente, quer seja a nível associativo, ou outros do foro pessoal.
 - Chamar os mais cépticos para o seio da A.D.F.A., demonstrando-lhe que a união faz a força, e que sem força não se adquirem regalias para eles e para os seus.
 - Prestar todo o apoio e colaboração aos Órgãos Sociais Centrais e demais Delegações.
 - Continuar a desenvolver acções que proporcionem uma maior autonomia financeira da Delegação.

DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO - Lista A

Mesa da Assembleia Geral de Delegação

Presidente	José Manuel Martins Ribeiro	n.º 1270
1.º Secretário	José dos Santos Correia Vila	n.º 1832
2.º Secretário	Manuel Pereira Amaro	n.º 1225

Direcção de Delegação

Presidente	José Eduardo Garrido Nunes	n.º 1806
Secretário	Vicente Campos Gameiro	n.º 1972
tesoureiro	António Roque	n.º 11350

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	José Maria Rolão	n.º 3559
Relator	João Reis Gil	n.º 8121
Vogal	João José Mangana dos Santos	n.º 2019

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos	Adelino Nabais Carreiro	n.º 9087
	Joaquim Mendes de Almeida	n.º 5231
	Joaquim de Jesus Duarte	n.º 4748
	Eugénio Baltazar da Costa Branco	n.º 3104
	José Alves Batista de Oliveira	n.º 7378
	António José Lemos Pires	n.º 2618
Suplentes	Abel Barata Fernandes Santos	n.º 11.542
	António Martins Quintela	n.º 10.966
	João Morgado Carmona	n.º 10.068

Programa de Acção

Os Órgãos Sociais da Delegação de Castelo Branco, pretendem neste espaço de tempo conviver o máximo com o associado, com a realização de festas desportivas, religiosas e culturais, unindo cada vez mais o sócio, uma vez que o mesmo se encontra mais disperso, e afastado da grande força gerada pela União.

Pretendemos montar um Consultório Médico, com consultas de um médico Ortopedista e dois, de Clínica Geral, Oculista com descontos especiais, mediante a apresentação do Cartão de Associado da ADFA, devidamente actualizado.

Trabalhar o máximo em benefício do associado, e sempre com a mesma boa vontade e transparência, que utilizamos já há mais de vinte anos.

DELEGAÇÃO DE COIMBRA - Lista A

Mesa da Assembleia Geral de Delegação

Presidente	José Adelino Figueira Guerra	n.º 4753
1.º Secretário	António Luís Pinto Pereira	n.º 9035
2.º Secretário	José de Almeida Silva	n.º 2278

Direcção de Delegação

Presidente	José Martins Maia	n.º 244
Secretário	Mário António Ferreira dos Santos	n.º 1107
Tesoureiro	Aires Dias Oliveira Abrantes	n.º 2370

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	Joaquim Alberto Padilha de Oliveira	n.º 506
Relator	João Pereira de Sousa	n.º 2991
Vogal	José Gonçalves Nunes	n.º 1674

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos	João Matias Vasconcelos	n.º 590
	Franklin da Silva Amorim	n.º 7794
	António Cândido Alves	n.º 7965
	António Jorge Silva	n.º 4984
	António José Pinto de Carvalho	n.º 6386
	José dos Santos Dias Temido	n.º 233
	Victor Manuel Alves Rochete	n.º 912
	José Maria D. dos Santos Pinto	n.º 6618
	Manuel Correia de Bastos	n.º 1312
	Aires Gonçalves Martins	n.º 1550

Programa de Acção

Nos últimos 4 anos, nota-se que houve uma evolução positiva nos destinos da delegação, fruto da nova mentalidade dos Órgãos Sociais.

Sem se fazer tudo, os programas apresentados aos associados, têm sido cumpridos no essencial.

Ao assumir as responsabilidades de formar uma lista para se candidatar aos Órgãos Sociais da Delegação de Coimbra da ADFA para o triénio 95/97, este grupo de associados reflectiu maduramente, pelas implicações que tal facto pode vir a ter nos destinos da Delegação. É uma lista de consenso, proposta pelos actuais Órgãos Sociais, discutida democraticamente com associados, dela fazendo parte um número apreciável de elementos dos actuais Órgãos. Optou-se também por chamar associados que já algum tempo se encontravam afastados da vida associativa.

Defender e lutar pela ampliação dos direitos de todos os Deficientes Militares e contribuir activamente para se conseguirem outros, será uma das tarefas prioritárias desta lista, caso venha a merecer a confiança dos associados.

O que nos propomos fazer

No plano interno

- 1 - Preservar o património da ADFA, nomeadamente com a aquisição de novas instalações.
- 2 - Dinamizar a vida associativa, reforçar a operacionalidade dos Órgãos Sociais e tentar conseguir-se que 60 a 80% dos associados tenham as quotas em dia.
- 3 - Continuar o trabalho da Direcção anterior, procurando alternativas às actuais instalações, adquirindo um espaço ao nível de R/C, para um melhor atendimento aos associados, de modo a uma melhor rentabilização dos serviços.
- 4 - Reforçar e se possível modernizar a Secção de Dinamização, Cultura e Desporto, mantendo os contactos com Entidades Oficiais e Privadas, de molde a defender o prestígio e bom nome da ADFA no exterior.
- 5 - Manter o apoio à Secção de Pesca de Competição, de modo a dar continuidade ao seu papel de divulgação externa da nossa Associação.
- 6 - Insistir na tentativa de criação de novas Secções Desportivas, Lazer e Tempos Livres, dirigidas a associados e familiares.
- 7 - Fomentar encontros regulares de associados da Delegação, do qual constem iniciativas de índole recreativa, social, cultural e associativa.
- 8 - Defender a dignificação dos trabalhadores da Delegação, no que diz respeito à sua valorização profissional.
- 9 - Mantendo-se o volume dos serviços, tentar a aquisição de um trabalhador em Part Time a fim de efectuar serviços externos, bem como solicitar um reforço de verba para pagamento desse trabalho e dos restantes serviços de dinamização.
- 10 - Manter a Técnica de Serviço Social e organizar um serviço de atendimento Clínico e Jurídico.
- 11 - Dinamizar a Biblioteca.
- 12 - Fazer reviver a Festa de Natal como meio de juntar os associados e familiares, tendo como objectivo fundamental o reforço do Associativismo.
- 13 - Fazer um relatório aos Órgãos Centrais e Nacionais sobre a actividade dos trabalhadores da Delegação, de modo a que se faça justiça em relação às suas qualidades profissionais, em comparação com o trabalho prestado por outros trabalhadores da ADFA.
- 14 - Promover reuniões periódicas entre todos os Órgãos Sociais de Delegação, e entre estes e as estruturas Nacionais da ADFA.

No Plano Externo

- 1 - Dar continuidade ao trabalho da actual Direcção nos contactos e actividades, no que diz respeito a iniciativas próprias e em conjunto com outras Instituições, salvaguardando sempre os interesses da Associação e a dignidade dos Deficientes Militares em geral e dos associados em particular.
- 2 - Manter contactos periódicos com a Comunicação Social, para que o espírito da ADFA não se dilua no tempo.
- 3 - Manter boas relações e apoiar iniciativas de outras Instituições de e para Deficientes.
- 4 - Manter contactos com Autarquias da Jurisdição da Delegação, dando-lhes a conhecer os objectivos da ADFA, solicitando-lhes o apoio para as nossas iniciativas.
- 5 - Promover iniciativas que permitam a criação de novas e actualizadas mentalidades nos responsáveis da Sociedade Portuguesa, a nível local e central, principalmente no que diz respeito ao sector político, para que os problemas dos Deficientes sejam correctamente equacionados e resolvidos, ao contrário do que tem sido ultimamente a filosofia de relacionamento dos Órgãos responsáveis da ADFA com o Poder Constituído, bem assim, como contrariar o crescente e preocupante silenciamento a que têm sido votados os Deficientes Militares, não deixando que desapareça a importância histórica e a consciência do estigma dramático que a Sociedade Portuguesa constituiu e ainda constitui o trauma de toda uma geração que suportou uma Guerra Colonial, que realmente existiu e deixou marcas que não devem ser envergonhadamente escondidas, mas sim justamente dignificadas.

Junto aos Órgãos Centrais

- 1 - Defender a posição da Delegação de Coimbra já anteriormente assumida em relação a outras Delegações da ADFA, tendo em conta a qualidade e quantidade de trabalho apresentado por cada uma.

2 - Lutar pela consolidação e ampliação dos direitos de todos os Deficientes Militares pressionando os Órgãos Centrais e Nacionais para que junto do Governo se exija o fim da diferença tão brutal dos direitos entre os Deficientes Militares, e se faça cumprir na totalidade a legislação já existente.

3 - Envidar todos os esforços para que se dê prioridade ao problema dos Deficientes Militares do foro psíquico, em termos de legislação, alertando o Governo para a drástica situação desses Camaradas e respectivas famílias.

4 - Apresentar ao Governo projecto proposta de legislação, em relação ao serviço militar dos filhos de todos os Deficientes Militares, para que se salvaguardem os traumas causados pelas deficiências dos pais, criando-se uma lei que os leva a optar ou não pelo serviço militar obrigatório.

5 - Publicação de Legislação que defenda condignamente os familiares directos do Deficiente Militar após o falecimento deste.

6 - Publicação de Legislação que permita a isenção de propinas e descontos no material escolar a todos os Deficientes Militares quando frequentem Estabelecimentos de Ensino do Estado, bem como dos seus filhos.

7 - Que os Deficientes Militares de Cartão de Lista Verde voltem a ter direito aos descontos na C.P..

8 - Lutar para que o cartão de Associado possa ter outras utilidades, estabelecendo-se protocolos com Empresas, Serviços do Estado e outras Instituições, a exemplo do que se passa com o A.C.P., para que o cartão dê acesso à aquisição de bens e serviços.

Conclusões

Não houve preocupação desta lista em elaborar um programa pormenorizado, mas sim, traçar linhas mestras de actuação que servirão de base ao trabalho que irá ser realizado pelos candidatos caso venham a ser eleitos.

Mais importante que o programa é a actuação prática, e esta nem sempre depende exclusivamente de quem o apresenta. Lembramos que os associados deverão assumir também a sua quota de culpa na não resolução de objectivos, por não cumprirem os seus deveres associativos. Os Órgãos Sociais deverão ser os timoneiros, mas o motor da nau serão e terão que ser sempre os associados.

Propõe-se esta lista executar o estabelecido programa. Irá ser nossa preocupação não só os problemas locais, mas as questões que dizem respeito ao todo Associativo Nacional. Nas A.G.N. e C.N. tentaremos merecer a confiança dos associados defendendo intransigentemente a Delegação de Coimbra. Daremos o nosso contributo para o reforço e valorização da ADFA. Pensamos formar um bom grupo de trabalho com o qual podem os associados contar para a defesa dos seus interesses. Estamos preparados para o melhor e para o pior. Não iremos ser adversários de ninguém, antes pelo contrário. Os Órgãos Sociais Centrais, Nacionais e regionais, terão em nós um aliado seguro, mas também uma equipe que não se deixará embalar no conformismo e vãs promessas não deixando de exercer os seus direitos Associativos e Estatutários. Os que se comprometeram a trabalhar neste projecto não fugirão às responsabilidades aqui assumidas. Sem procurar comparações com a actuação de Órgãos anteriores, tentaremos aproveitar o que de bom nos foi legado, procurando criar coisas novas em benefício da Delegação em particular e de todos os associados em geral.

Temos uma grande esperança de que a Delegação de Coimbra da ADFA continuará a ser no contexto Associativo um baluarte na defesa de todos os Deficientes Militares.

DELEGAÇÃO DE ÉVORA - Lista A

Mesa da Assembleia Geral de Delegação

Presidente	Inácio Augusto Carmelo Grazina	n.º 652
1.º Secretário	Manuel Maria	n.º 1994
2.º Secretário	Joaquim José Costa Agulha	n.º 3457

Direcção de Delegação

Presidente	Manuel Teixeira Gil	n.º 9651
Secretário	João Carlos Figueiredo Nobre	n.º 2262
Tesoureiro	Florentino J. Polido Valadas	n.º 2426

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	Celestino José B. Veiga	n.º 1302
Relator	António José de S. B. Barradas	n.º 1543
Vogal	Gilberto Manuel T. Costelas	n.º 8419

Programa de Acção

1 - Os candidatos que integram a lista "Continuidade", para gerir a Delegação, durante o próximo período, são os mesmos do mandato anterior, com ligeiras alterações, tendo consciência de que só o fazem, porque mais nenhuma lista surgiu, e que se torna necessário, manter a vida associativa, para sobrevivência da Delegação.

- 2 - Têm consciência que:
 - Estabilizaram a economia da Delegação
 - Conseguiram com muita dignidade, fazer a mudança das Instalações.
 - Prestigiaram a Delegação
 - Preservaram o Património, que, em grande parte, foi por eles conseguido.

- 3 - Lamentam que:
 - Haja fraca, para não dizer nula, participação dos sócios, dos quais só cerca de 50% pagam as suas quotas, e talvez dez, frequentemente a Delegação!
 A continuar assim, não é possível a ninguém, fazer seja o que for...
 - Concorre-se porque não queremos morrer!!
 4 - Propomo-nos:
 - Manter o que temos, preservação do prestígio, que alcançamos, com poucas possibilidades de grandes relançamentos, ou "aventuras".
 - Manter as boas relações com a Direcção Central, Entidades Cívicas e Militares, e Delegações.
 5 - A consideração dos sócios da Delegação.

DELEGAÇÃO DE FAMILICÃO - Lista A

Mesa da Assembleia Geral de Delegação

Presidente	Manuel da Rocha Ferreira	n.º 3144
1º Secretário	Joaquim Manuel Martins da Mota	n.º 4024
2º Secretário	Venâncio J. Quaresma da Silva	n.º 179

Direcção de delegação

Presidente	Anquises F. C. Barbosa de Carvalho	n.º 3505
Secretário	Henrique José Pereira Rodrigues	n.º 6459
Tesoureiro	Fernando Gomes de Carvalho	n.º 9110
1º Vogal	Joel Osório Antunes Bezerra	n.º 4031
2º Vogal	António da Silva Marques	n.º 170

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	Manuel A. Abreu Ferreira Alves	n.º 459
Relator	José Maria Gomes Cerqueira	n.º 4022
Vogal	Joaquim Ribeiro Ferreira	n.º 4021

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos	António J. Magalhães Alves	n.º 171
	Fernando Marques Ferreira	n.º 9583
	Alexandre Martins Borges	n.º 12882
	Joaquim Gomes Sá Miranda	n.º 3869
	Fernando Rebelo Gonçalves	n.º 1308
	Armindo Costa	n.º 181
	Fernando Mesquita de Sousa	n.º 2919
Suplentes	Telmo Ferreira de Oliveira	n.º 12634
	Joaquim Fernandes	n.º 6151
	Fernando Ferreira	n.º 4023

Programa de acção

Os elementos que constituem os três Órgãos Sociais da Delegação de V. N. de Famalicão, concorrentes às eleições locais de 17 de Junho de 1995, Lista A, apostam sobretudo, na continuidade de ideias e trabalho realizado pelos actuais órgãos, adaptando para o novo mandato, a composição dos mesmos em conformidade com os novos Estatutos e de acordo com os associados desta.

Entre outros pontos, estes Órgãos propõem-se no seguinte:

- Conseguir instalações próprias para instalar a sede;
- Criação de novos Núcleos, principalmente em Braga, Barcelos e Fafe;
- Conseguir junto da Câmara de V. N. de Famalicão, a integração de um ou dois elementos em grupo de trabalho a criar, onde se estudem e acompanhem a par e passo, a eliminação de barreiras arquitectónicas em novos edifícios públicos e centros comerciais, bem como em novos arranjos urbanísticos;
- Estudar em conjunto com o Vereador do Pelouro de Trânsito, uma série de medidas, que facilitem a vida ao grande deficiente, tal como, a criação de lugares de estacionamento em sítios estratégicos;
- Promover reuniões mensais em dia e hora fixos, dos órgãos locais com os associados, tanto na sede da delegação como no núcleo;
- Criar protocolos de trabalho e serviços, com organizações, instituições e firmas, no sentido de conseguir apoios, benefícios e regalias para os nossos associados;
- Maior abertura da Delegação para o exterior, através de exposições entre outras acções a considerar;
- Fomentar e manter o sã convívio associativo, mormente com a realização das duas maiores manifestações anuais, as festas de Natal e Aniversário;
- Promover se possível cursos de formação profissional;
- Manter e fomentar, as melhores relações com os Órgãos Nacionais e Locais, das restantes Delegações.

Conselho de Delegação - Programa Eleitoral

Com a criação deste Novo Órgão no âmbito das Delegações da ADFA, conforme o estabelecido nos Novos Estatutos da "Nossa" Associação, os elementos ora propostos conscientes da árdua tarefa que lhes está reservada, porque se recusam a ser simplesmente mais um Órgão Social, estão dispostos a:

- 1º. Juntamente com os demais Órgãos Locais e principalmente com a Direcção de Delegação, pugnar pela sã ligação de todos os Órgãos com respeito pelas linhas orientadoras da ADFA;
- 2º. Envidar todos os esforços junto das Autoridades Locais para os problemas (instalações, parque de estacionamento em diversos locais achados mais necessários);

3º. Pugnar pela cada vez maior ligação entre o Núcleo de Guimarães e esta Delegação;

4º. Solicitar à Direcção de Delegação para conceder todo o apoio de grupo de trabalho, em embrião, para que finalmente se possa abrir um Núcleo na Cidade de Braga;

5º. Reunir extraordinariamente sempre que existam motivos justificativos;

6º. Eleger entre os seus membros um Mini-Conselho, que servirá de elo de ligação com os outros Órgãos Locais;

7º. Como Órgão novo que é, esperar dos outros Órgãos a maior colaboração nas mais diversas tarefas para que foi criado.

DELEGAÇÃO DE FARO - Lista A

Mesa da Assembleia Geral de Delegação

Presidente	José António P. dos Santos Morte	n.º 8574
1º Secretário	José Xavier Coelho Prata	n.º 1984
2º Secretário	Artur Martins Cabrita	n.º 4195

Direcção de Delegação

Presidente	José Nicolau Rufino	n.º 384
1º Secretário	João Ângelo Fernandes	n.º 7859
1º Vogal	José Maria Simão Custódio	n.º 4400
2º Vogal	António José Anselmo Leal	n.º 7693
Tesoureiro	José Manuel das Neves Perpétua	n.º 2387

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	Vitor Manuel da Costa	n.º 10018
Relator	Florentino José Esteves Pacheco	n.º 11847
Vogal	Duarte Silvestre Marques Martins	n.º 5166

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos	José Martins Raimundo	n.º 1533
	António Custódio Ramos	n.º 7021
	Joaquim Vitorino Campos	n.º 7070
	Sérgio Pedro dos Reis Dias	n.º 8731
	António Joaquim Tendeiro	n.º 10406
	José Francisco Guerreiro Santos	n.º 10880
	José Joaquim Guerreiro Mestre	n.º 11845

Programa de Acção

Da lista "Na unidade é que está a força dos militares que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas do Minho a Timor".

A razão porque nos candidatamos novamente conforme alteração estatutária

É porque não apareceu ninguém a organizar nova lista e em consciência nós não podemos e nem devemos voltar as costas à A.D.F.A., como grande organização onde todos juntos devemos defender os nossos direitos a nível nacional e até internacional, de uma grande organização nascida a 14/05/74, logo após o 25 de Abril dos honrosos Capitães sem sono a quem a ADFA deve muito e tem sabido resistir aos ataques que lhe têm sido movidos do exterior, como Organização de Abril de que nos devemos honrar, graças à nossa Unidade, dos já quase quinze mil associados, juntos temos a força mais que necessária para levar a ADFA a traçar o melhor caminho, para melhor servir os interesses dos seus associados, para acabar de vez, com os filhos e enteados que infelizmente ainda existem por a sua maioria não saber lutar nas devidas alturas, com cartões iguais para todos como é o caso das ADME's: ora se a ADME é possível, também os outros casos são possíveis, tem faltado é a força das direcções da A.D.F.A., mas que em boa verdade existe a força da nossa razão, todos ficaram deficientes ao serviço das Forças Armadas em defesa da nossa Pátria, se nos soubermos manter unidos, respeitando os que lutam por todos nós, para resolver da melhor maneira os mais variados problemas que um militar que se deficientou ao serviço das Forças Armadas devia ter e não ser dividido para outros reinarem até que lhe apareça a desgraça à sua porta, porque nessa altura já é tarde de mais, porque um deficiente é sempre espreitado por quem tem o poder, para nos destruir e tudo voltar novamente ao 24 de Abril de 1974, esquecendo o risco da própria vida, ao serviço da Nação que os militares correram e correm, se nos faltar os apoios e a reabilitação que temos direito e tem que ser uma realidade, temos que ser cidadãos de corpo inteiro, mesmo sabendo que, infelizmente, muitos dos militares que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas, ainda não são deficientes das Forças Armadas, então são deficientes civis? nas guerras coloniais ou em Portugal, todos deviam ser deficientes das Forças Armadas, esta lista vai continuar a lutar no bom sentido, para resolver os problemas de todos aqueles que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas, porque todos correm riscos, tanto nas guerras como na preparação das mesmas na retaguarda, porque ninguém podia escolher o melhor para si, a Pátria foi servida foi servida por uns e outros, mas o poder é que quer as divisões para pagar menos a uns, como é óbvio.

Por isso estamos com a sigla:

"NA UNIDADE É QUE ESTÁ A FORÇA DOS MILITARES QUE SE DEFICIENTARAM AO SERVIÇO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINHO A TIMOR".

Com provas dadas, apresentamos, mais uma vez, perante os sócios da zona da Delegação de Faro, que é todo o Algarve e parte do Baixo Alentejo, com a firme disposição de lutar pelos mais altos ideais da A.D.F.A., na defesa dos interesses dos associados e pela sua Unidade em todo o Território Nacional e em todos os cantos do Mundo, onde existirem militares que se deficientaram ao serviço dos três ramos das Forças Armadas da Nação Portuguesa.

Os sócios da zona Algarvia e Baixo Alentejo, sabem muito bem quem se dedica à defesa dos seus problemas na Delegação de Faro, continuamos a ter um terreno em Silves, para fazer um Centro de Férias para Deficientes, vamos lutar para o conseguir, o Terreno é cedido pela Câmara Municipal, já aprovado na sua reunião de 06/06/89, com a área necessária para a construção de um Centro de Recreio e Lazer para Deficientes, conforme ofício n.º 2983 PºF/2/1 de 08/06/89 que a Direcção Central da A.D.F.A., nunca soube tirar partido para o seu aproveitamento para bem da A.D.F.A. e dos seus associados, dizendo mesmo em algumas reuniões da A.D.F.A., que não temos terra nenhuma em Silves, negando aquilo que o seu Presidente nos quer oferecer.

A nível Interno

Tem sido possível desenvolver mais algumas iniciativas de verdadeiros contactos com os associados, sem esquecer que são os familiares que muitas vezes suportam as deficiências de muitos dos nossos associados, que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas, porque os deficientes não necessitam só de receber a sua pensão, muito embora muitos julguem que já é demais o dinheiro, as lutas devem continuar e os deficientes deviam militar mais na sua Associação.

Mantemos as melhores relações com as entidades militares e civis, bem como com outras associações existentes no Algarve e fora dele, a nível de Deficiência e de Deficientes.

O Bar da Delegação tem condições para receber os associados e seus familiares.

A Nível Externo

Procuramos continuar a dar a conhecer a A.D.F.A. e os seus problemas e as suas lutas, na defesa dos direitos dos militares que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas ou que se venham a deficientar, porque as injustiças continuam, uns são em serviço, outros nem têm ligação com o serviço, porque agora já não há as campanhas em África, muito embora se saiba que ao serviço da ONU também ficam deficientes e os problemas continuam por resolver, por falta de uma Legislação para todos os militares, que nunca foi feita, muito embora a A.D.F.A. sempre tenha defendido através do diálogo com as entidades competentes a nível nacional, que esta Direcção sempre defendeu e vai continuar a defender.

O que prometemos aos associados é com a firme disposição de vir a cumprir o prometer muito mais e não cumprir, não é boa política, só prometemos o que julgamos poder fazer, constatamos com a colaboração de todos os sócios e Órgãos Sociais a nível Nacional da A.D.F.A. e devo informar a A.D.F.A. e os associados desta Delegação que vamos ter por todo este ano de 1995 Instalações Condignas em Faro a cerca de 500 metros destas Instalações, com o apoio do Senhor Director do CRSSA, Dr. Carlos Andrade.

"NA UNIDADE É QUE ESTÁ A FORÇA DOS MILITARES QUE SE DEFICIENTARAM AO SERVIÇO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINHO A TIMOR".

DELEGAÇÃO DA MADEIRA - Lista A

Mesa da Assembleia Geral de Delegação

Presidente	João Manuel Martins	n.º 11013
1º Secretário	Rui Manuel C. Silva	n.º 6455
2º Secretário	J. Herculano G. Capitão	n.º 5693

Direcção de Delegação

Presidente	Ivo A. G. Faria Paulino	n.º 6
Secretário	Hugo António C. Guerra	n.º 10419
Tesoureiro	João José Nobre Pereira	n.º 9619

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	José Estevão Abreu	n.º 9074
Relator	Manuel Brás Costa	n.º 4252
Vogal	João Freitas Torres	n.º 1722

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos	Armando Augusto Vieira Costa	n.º 8984
	José Aníbal Cardoso Correia	n.º 8918
	José João Macedo	n.º 7743
	António Luís R. Vera Cruz	n.º 5670
	Francisco Abreu Fernandes	n.º 10523
	João Silva Alves	n.º 12908
	Daniel José Nobrega Alves	n.º 6012
Suplentes	João Fernando Santos Oliveira	n.º 3357
	João Sousa Coelho	n.º 12472
	José Agostinho Nóbrega	n.º 2522

Programa de Acção

Os candidatos aos Órgãos Sociais da Delegação, têm pela frente um desafio duplo que se propõem de frontar:

a) A alteração dos Estatutos da nossa Associação, cuja substância se mantém, mas para cujos pormenores indicadores de uma maturidade atingida, chamamos a atenção de todo e,

b) O aparecimento, mais uma vez, de uma lista única, de consenso na sua diversidade e comprometimento em servir, englobando, como se pode ver, ex-combatentes associados de pleno direito e que ao longo destes 20 anos de vida associativa algo têm feito em prol duma maior e melhor coesão associativa.

Impõem os Estatutos e o Regulamento Eleitoral que os candidatos apresentem um Programa de Acção; não fora assim, quase seria uma perda de tempo estar a redigi-lo, para poucos o lerem e, muito menos ainda, pedirem responsabilidades.

E é porque nos sentimos responsáveis, porque temos consciência do universo de acções que há a desenvolver e porque achamos que, se formos eleitos, tentaremos cumprir, que nos propomos:

- Reatar ao mais alto nível Regional com as Autoridades Cívicas, Militares, Partidos Políticos, Associações Patronais e Sindicais e demais Parceiros Sociais, um diálogo aberto, incisivo, reivindicativo e de sensibilização para os graves problemas que vêm afectando cada vez mais os deficientes militares e seus familiares, dando conta aos associados através do nosso Jornal ELO ou de outra forma mais conveniente, em cima do acontecimento.

- Normalizar as relações institucionais com a autoridade militar - função primeira das nossas deficiências e da razão de existirmos como Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Não iremos continuar a suplicar aquilo a que temos direito:

- Transferir para o exterior, para a população civil, militar e eclesiástica, a ideia de que o pesadelo das "outras" guerras ainda está vivo entre nós, dizer que somos nós, as nossas mulheres e filhos o "rescaldo" de 14 anos de guerra, que na realidade existiu.

- Manter uma ligação assídua com os associados da nossa Delegação, promovendo e colaborando nas iniciativas locais que entendam levar a efeito.

- Tentar, junto dos Órgãos Nacionais, um maior enquadramento, que contemple os justos direitos dos que, além de deficientes são ilhéus, e por isso têm que pagar duas facturas.

- Encarar muito seriamente o problema da idade que vai avançando, das deficiências que vão agravando e da velhice que se aproxima. Para isso contaremos com a colaboração de associados ou não que colaborem em tão melindroso assunto.

- Enfim, procuraremos trabalhar para que não sejamos esquecidos no virar do século que se aproxima.

DELEGAÇÃO DO PORTO - LISTA A**Mesa da Assembleia Geral de Delegação**

Presidente	António da Silva Reis dos Santos	n.º 6784
1.º Secretário	Nelson Mário de Oliveira Ferreira	n.º 2036
2.º Secretário	Bernardino Guimarães Correia	n.º 6220

Direcção de Delegação

Presidente	José dos Santos Rodrigues Teixeira	n.º 1201
Secretário	Amadeu Artur Felgueiras	n.º 1080
Tesoureiro	Joaquim de Sequeira Ferreira	n.º 3420
1.º Vogal	Albino Maia Pereira Lopes	n.º 6041
2.º Vogal	Américo Vieira Figueiredo	n.º 4299

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	Mário Armindo da Silva Ferreira	n.º 6138
Relator	Albino Fernando Oliveira Duarte	n.º 1383
Vogal	Fernando Ferreira de Oliveira	n.º 1642

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos	Joaquim Couceiro Ferreira	n.º 1	
	Reinaldo Ramos Soares Ferreira	n.º 2852	
	Joaquim Mano Póvoas	n.º 252	
	Adão Manuel da Costa	n.º 2109	
	Alberto Manuel Brum da Costa	n.º 9	
	Francisco Pereira Marques	n.º 5960	
	Joaquim Cardoso	n.º 1425	
	Suplentes	José Gonçalves Monteiro	n.º 4627
		Fernando da Silva Henriques	n.º 1641
		Jorge Eduardo da Nave Pina	n.º 5134

Programa de Acção - Lista A**1. INTRODUÇÃO**

A nossa candidatura visa continuar, EM ESTABILIDADE, uma efectiva dinamização da vida associativa, pois consideramos que só assim poderão ser encontradas as soluções adequadas para os problemas dos deficientes militares e suas viúvas, residentes na área geográfica da delegação.

Entendemos que as eleições não devem constituir jogos de poder e de confronto entre grupos e/ou pessoas, mas sim:

DEFESA DE IDEIAS OBJECTIVAS, RESPEITANDO OS SÓCIOS E OS SEUS INTERESSES.

Evitando toda e qualquer demagogia eleitoralista, temo um programa sério e realista de continuidade e de trabalho.

2. ESTABILIDADE

Qualquer associação para sobreviver tem de garantir a manutenção de uma vivência em estabilidade, quer associativa, quer económica.

2.1. ESTABILIDADE ASSOCIATIVA

Desde há seis anos que os órgãos sociais a que muitos de nós temos orgulho de ter pertencido relançaram o diálogo entre todos os sócios, muitos dos quais estavam de "costas voltadas" para a associação.

QUEBRARAM-SE TABUS E ACABARAM-SE COM MARGINALIZAÇÕES. A ASSOCIAÇÃO DEIXOU DE SER SÓ DE ALGUNS E É CADA VEZ MAIS DE TODOS OS ASSOCIADOS.

2.2. ESTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Sem estabilidade económica e financeira dificilmente se podem levar à prática realizações. Podem existir boas ideias, mas é importante haver essa capacidade para as realizar.

De uma situação de pré-rotura financeira passou-se, em seis anos, devido a um extraordinário esforço de recuperação de quotas em atraso e a uma política de gestão de efectivo acompanhamento e total rigor, a uma situação de real desafogo.

A NOSSA CANDIDATURA PROPÕE-SE CONTINUAR A LUTAR PARA GARANTIR AOS SÓCIOS A NECESSÁRIO ESTABILIDADE.

3. DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA

3.1. Propomos a continuidade do apoio às reuniões e convívios descentralizados, e às reuniões dos primeiros Sábados de cada mês na Delegação, nas quais os órgãos sociais sempre têm estado disponíveis para dialogar com todos os sócios.

Continuaremos a dinamizar as festas de aniversário da A.D.F.A. e da DELEGAÇÃO, a Festa de Natal e S. João, bem como apoiaremos quaisquer outras iniciativas que os sócios pretendam que se leve a efeito.

SÓ UMA POLÍTICA DE VERDADEIRO ASSOCIATIVISMO CONDUZ A UMA VIDA ASSOCIATIVA QUE OS SÓCIOS EFECTIVAMENTE SINTAM.

Para nós a Associação significa espaço de reunião. Assim, criadas que estão as condições básicas, iremos tornar de facto a Associação em espaço de encontro permanente.

3.2. Recuperados que foram os edifícios da Delegação dispomos de espaços próprios para levar a efeito antigas aspirações - como seja, o de dotar a Delegação das condições físicas e apropriadas para o encontro permanente de TODOS OS SÓCIOS.

A melhoria progressiva das instalações continuará a ser nossa preocupação.

Nas antigas instalações do "Centro Oficial de Meios Ortopédicos", já foi criada uma sala polivalente com palco e capacidade para mais de 150 pessoas sentadas. Vai ainda af ser criado espaço de convívio associativo, com salas recreativas, apoiado por um bar.

Foi recriado um Salão Nobre que ainda se encontra em fase de conclusão.

3.3. Continuaremos a acompanhar e a colaborar com o Centro de Reabilitação de Formação Profissional de Gaia, que tão bons serviços tem prestado aos deficientes em geral e é uma verdadeira bandeira de prestígio da NOSSA ASSOCIAÇÃO.

Continuaremos a pugnar por um estatuto que garanta ao Centro uma perenidade de funcionamento através de um protocolo de financiamento, com carácter de efectividade, por parte do Estado.

3.4. Embora já se tenha dotado os serviços da Delegação com algumas novas tecnologias indispensáveis (fotocopiadora, fax, central telefónica informatizada, dois computadores com as respectivas impressoras, etc).

Temos de conseguir que aqueles serviços dêem um salto qualitativo, aproveitando os meios informáticos modernos de que dispõem, para responder ao maior número possível de necessidades dos sócios, com soluções adequadas e atempadas.

PARA ISSO PROPOMO-NOS:

Elaborar um estudo/inquérito rigoroso dirigido ao levantamento dos problemas dos sócios.

Promover uma discussão, alargada e técnica, dos resultados do inquérito, numa jornada de reflexão envolvendo os sócios e os órgãos sociais da delegação e nacionais.

3.5. O parque automóvel da delegação foi aumentado. Contamos hoje com três viaturas, uma delas movida a gásóleo oferecida pela Direcção Geral do Património do Estado, a nosso pedido.

FAREMOS TODOS OS ESFORÇOS PARA RENOVAR E, SE NECESSÁRIO, AUMENTAR.

4. RELAÇÕES COM O ESTADO E INSTITUIÇÕES MILITARES E CIVIS

4.1. O bom relacionamento com os Órgãos do Estado levar-nos a deixar de pagar uma renda que estava a ser cobrada indevidamente pela utilização das nossas instalações e a ter em fase bastante adiantada o processo de cedência dessas mesmas instalações.

VAMOS CONTINUAR TAL POLÍTICA QUE ESPERAMOS NOS LEVARÁ À CONCRETIZAÇÃO DESSE GRANDE "SONHO".

4.2. A colaboração com a Instituição Militar, nomeadamente os Serviços de Saúde, levará a conseguir, cada vez mais:

a) O pagamento atempado dos actos médicos e terapêuticos a que os sócios e seus familiares recorrem;

b) A facilitar e a desburocratizar o fomento de ajudas técnicas;

c) A um melhor acompanhamento dos deficientes na procura dos serviços hospitalares.

4.3. Através de uma política de bom relacionamento tem-se desenvolvido um intercâmbio salutar com outras Organizações de Deficientes (APD - Associação Portuguesa de Deficientes; ANDST - Associação Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho) e também, de não deficientes (Associação 25ABRIL e CSE - Clube de Sargentos do Exército).

5. RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS NACIONAIS

Através de uma política de diálogo e compreensão conseguiu-se, de há seis anos para cá, acabar com o clima de guerra institucional que se chegou a viver entre os Órgãos Sociais Centrais e os da Delegação do Porto, que só criava um clima de instabilidade com reflexos negativos no desempenho da A.D.F.A. para conseguir os seus objectivos.

Queremos continuar a ser, senão os obreiros, pelo menos os verdadeiros agentes da estabilidade associativa que a A.D.F.A. PRECISA E MERECE.

Propomo-nos colaborar activamente nas tarefas nacionais, privilegiando as das áreas REIVINDICATIVA E DE MANUTENÇÃO DE DIREITOS.

6. LEGISLAÇÃO

Dentro da política de relacionamento e colaboração defendida no ponto anterior, continuaremos a pugnar pela resposta rápida a vários dossiers de actualização de legislação relativa aos deficientes das forças armadas, designadamente:

Deficientes em serviço
Valor das pensões
Acumulação de pensões
Revisão do grau de incapacidade
Reabilitação médica
Pensões de Preço de Sangue
Viúvas e filhos menores
Estatuto do Deficiente Militar
Isenção do IRS
Gratificação do Serviço de Paraquedistas
Medicamentos aos DFAS no activo
ADMS aos familiares dos falecidos
Gradações (DL 295/73)
Deficientes militares oriundos dos PALOPS
Subsídio de desemprego
Escalões
Baixa de 70 para 60% do grau de incapacidade para adquirir direitos como Grande Deficientes das Forças Armadas
Acidentes durante o cumprimento do dever militar.

O FUTURO ESTÁ NAS TUAS MÃOS. SABES O QUE JÁ FOI FEITO E O QUE AINDA HÁ PARA FAZER.

PENSA E DECIDE... A A.D.F.A. É TUA E DE TODOS NÓS.

ESTA CANDIDATURA PREOCUPAR-SE-Á SEMPRE EM MERECEER A TUA CONFIANÇA PARA SERVIR A ADFA E OS SEUS ASSOCIADOS.

GARANTINDO:
ESTABILIDADE
POLÍTICA DE RIGOR EM TODOS OS ACTOS
ENGRANDECIMENTO DA IMAGEM DA ADFA
DEFESA DOS DIREITOS DOS DEFICIENTES MILITARES
CONVIVÊNCIA ASSOCIATIVA PERMANENTE.

DELEGAÇÃO DO PORTO - LISTA B**Mesa da Assembleia Geral de Delegação**

Presidente	Henrique T. Magalhães Rodrigues	n.º 1624
1.º Secretário	José Henriques Ribeiro	n.º 3516
2.º Secretário	Venâncio José Ferreira dos Santos	n.º 525

Direcção de Delegação

Presidente	Abel Artur dos Santos Fortuna	n.º 580
Secretário	Leonel Joaquim Moura Pereira	n.º 7437
Tesoureiro	Gil Luís Garcia	n.º 7509
1.º Vogal	Alcino Alfredo V. Machado	n.º 1974
2.º Vogal	Carlos da Silva Correia	n.º 2472

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	Augusto Oliveira dos Santos	n.º 2440
Relator	José Manuel B. Guerreiro de Sá	n.º 1627
Vogal	Francisco José da Luz Teixeira	n.º 10256

Programa de Acção - Lista B**A - INTRODUÇÃO**

O grupo de associados que integra a presente Candidatura é constituído por elementos que transitam dos Órgãos Sociais cessantes, por outros associados que em Órgãos anteriores já tiveram experiência directiva e ainda por outros que vão dar o seu primeiro contributo.

Pretende-se com isto, associar a experiência com a renovação.

A Candidatura é assumida em equipa, comprometendo-se todos na responsabilidade da realização dos princípios orientadores do PROGRAMA DE ACÇÃO.

B - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA CANDIDATURA

Assumimo-nos por um Associativismo Participativo, Autónomo, Independente e Reivindicativo dos direitos que nos são devidos, liberto de tutelas exteriores à ADFA e aos interesses dos seus associados.

Assim:

1) Fomentaremos a participação dos associados na definição das linhas de orientação da ADFA e nas suas actividades associativas;

2) Respeitaremos, em absoluto, a vontade expressa pelos associados, em cada momento sempre que esta esteja conforme os ideais da ADFA;

3) O relacionamento com os associados será na base do respeito pelos valores humanos e em plano de perfeita igualdade associativa;

4) Fomentaremos a solidariedade associativa para apoio às reivindicações dos direitos ainda não alcançados (por exemplo: os direitos das Viúvas; dos Deficientes em Serviço e dos sem indemnização);

5) Fomentaremos a solidariedade com outros Organismos de e para Deficientes com vista à concretização dos objectivos de uma reabilitação integrada para todas as pessoas com deficiência;

6) Desenvolveremos o diálogo com todas as entidades Cívicas, Militares e instituições de carácter social com base no respeito dos interesses mútuos.

7) Promoveremos a intervenção da Delegação no contexto nacional da ADFA através do contributo dos associados na definição de orientações e na execução de iniciativas a nível nacional;

8) Promoveremos uma melhor articulação com o Centro de Reabilitação Profissional, apoiando-o na realização dos objectivos e reforçaremos uma melhor ligação afectiva à ADFA.

C - MEDIDAS PARA A ACÇÃO ASSOCIATIVA

A Acção Associativa será orientada no cumprimento das conclusões dos Congressos da ADFA, das Deliberações dos Órgãos Sociais e da vontade expressa pelos associados.

Acções que consideramos prioritárias:

1 - A NÍVEL REIVINDICATIVO

Pugnaremos, junto dos Órgãos Nacionais, pela concretização de:

- Alargamento do direito das Pensões de Preço de Sangue
- Obtenção dum Estatuto mais justo para Deficientes em Serviço

- Obtenção de normas jurídicas que regularizem a atribuição de indemnizações, Fundo de Desemprego e outras regalias sociais aos trabalhadores deficientes, bem como a consideração do tempo do Serviço Militar.

- Criação de Condições para apoio aos Grandes Deficientes e à Terceira Idade.
- Reposição de regalias.

2 - ACÇÃO INTERNA E DINAMIZAÇÃO

- Procederemos à realização de um inquérito junto dos associados visando conhecer a sua realidade social e económica para que, na medida do possível, se tomem as medidas adequadas a cada situação.

- Restruturação dos Serviços da Delegação com vista a melhorar e personalizar o atendimento aos associados.

- Estudaremos o aproveitamento do edifício pré-fabricado para a instalação de estruturas de apoio a actividades sociais, culturais e físicas.

- Institucionalização de Núcleos como estruturas de comunicação associativa de ligação à ADFA e auscultação da vontade dos associados.

- Incentivo e apoio a Iniciativas dos associados nas formas mais adequadas no respeito pelos ideais da ADFA.

- Fomentaremos o desenvolvimento de contactos com outras Organizações de e para Deficientes no âmbito da Reabilitação e Integração social das pessoas com deficiência.

- Fomentaremos contactos com outras Instituições com vista à sensibilização para os problemas dos deficientes.

Todas estas acções referidas e outras que surjam da vontade dos associados, terão como objectivo fazer da Delegação um Espaço Associativo e Solidário em defesa da nossa dignidade como pessoa humana e de apoio à acção dos Órgãos Nacionais na obtenção e defesa dos nossos justos direitos.

Conselho de Delegação - Lista B

Effectivos	Jaime Ferreri de Gusmão Gonçalves	n.º 2420
	Nicolau João Teixeira Azevedo	n.º 1514
	Guilherme Dias Carneiro	n.º 4614
	Alberto Lopes Casais	n.º 1047
	Luís Rodrigues da Silva	n.º 1462
	Manuel Pereira dos Santos Silva	n.º 1807
	Albino da Fonseca Loureiro	n.º 4122
Suplentes	Manuel Carvalho Martins	n.º 3683
	Manuel Assunção Andres Magano	n.º 1619
	Jaime da Conceição Rocha	n.º 7695

Conselho de Delegação - Programa eleitoral

Os novos Estatutos da nossa Associação consagram a existência de um novo Órgão Social, de âmbito local, designado

por Conselho de Delegação, o qual representa a vontade das opiniões dos associados e tem por objectivo fulcral acompanhar a gestão associativa e definir as grandes linhas de orientação para a Delegação.

Os associados que integram a presente candidatura propõem-se exercer as competências atribuídas estatutariamente a este Órgão, pautando a sua acção pelos seguintes princípios de orientação geral:

1 - Pugnando pela continuada concretização dos objectivos da ADFA, certos de que a reabilitação e a reintegração social dos deficientes militares é uma exigência e o fim último da nossa acção associativa;

2 - Pugnando para que este Órgão seja o garante da coesão associativa e do respeito da vontade expressa pelos associados;

3 - Apoiando a realização de um Congresso Nacional e concretização das deliberações nele tomadas;

4 - Contribuindo para o reforço da ADFA junto das Entidades Militares e Cívicas da área da influência da Delegação, e apoiando os Órgãos Nacionais em idêntico objectivo;

5 - Fomentando e participando em acções de revitalização da vida associativa;

6 - Exigindo que a gestão da Delegação seja rigorosa, eficaz e voltada para os objectivos da ADFA;

7 - Pugnando para que o relacionamento com os Órgãos Sociais Nacionais se efective numa postura de diálogo permanente e articulado com as actividades e estratégias Nacionais.

Apesar do Conselho de Delegação iniciar as suas funções neste mandato, estamos certos de que será um espaço privilegiado de debate associativo, sendo factor de enriquecimento da sua dinâmica e garante da defesa dos direitos dos associados.

DELEGACÃO DE SETÚBAL - Lista A

Mesa da Assembleia Geral de Delegação

Presidente	José Maria Rosa	n.º 52
1º Secretário	Abílio Marques Loureiro	n.º 4899
2º Secretário	António Lucas dos Santos	n.º 4470

Direcção de Delegação

Presidente	José da Silva Pinto Faria	n.º 3371
Secretário	José Manuel Raminhos	n.º 646
Tesoureiro	António Francisco Viana	n.º 1911

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	Estevão José Mira Carvalho	n.º 9266
Relator	Luís Albino Andrade	n.º 9883
vogal	Armando D. Martins Ferreira	n.º 9265

Conselho de Delegação - Lista A

Effectivos	António dos Santos Carreiro	n.º 1334
	António Manuel Rodrigues Pires	n.º 11902
	Zeferino Abreu Ribeiro	n.º 9374
	José Augusto Quinta Queimada	n.º 7149
	José Arnaldo Casalinho Honório	n.º 2122
	José Manuel Miranda de Almeida	n.º 8652
	Joaquim Lourenço Santana Patrício	n.º 3365
Suplentes	Alfredo Escumalha Monteiro	n.º 9535
	Avelino Guerreiro Gonçalves	n.º 9031
	Rolando António Matias	n.º 9532

Programa de Acção

Tudo fazerem para incrementarem e desenvolverem o espírito associativo.

Fomentar a formação sócio/profissional dos associados em estreita colaboração com os Órgãos Sociais Nacionais.

Tentar resolver os problemas associativos que subsistem através de um diálogo concertado e construtivo.

Incrementar o relacionamento com todas as associações de e para deficientes, entidades cívicas e autárquicas. Militares já não existem na nossa área.

Criar e dinamizar acções que possibilitem animação desportiva, cultural e convívio entre os sócios e familiares, tudo fazendo para o engrandecimento da ADFA.

Incentivar as visitas domiciliárias aos sócios principalmente os de deficiências mais acentuadas e com maior dificuldade em se deslocarem à Delegação

DELEGACÃO DE VISEU - Lista A

Mesa da Assembleia geral de Delegação

Presidente	António Pais Ferreira	n.º 586
1º Secretário	António Rodrigues Cardoso	n.º 1108
2º Secretário	Zeferino Espírito S. Gomes Marcela	n.º 6910

Direcção de Delegação

Presidente	João Manuel Santos Gonçalves	n.º 684
Secretário	Arnaldo Duarte Pereira	n.º 1404
Tesoureiro	Francisco Ferreira Batista	n.º 6581

Conselho Fiscal de Delegação

Presidente	José Silva Ferreira	n.º 881
Relator	Laureano José Vieira da Silva	n.º 607
Vogal	João Francisco Pereira	n.º 3577

Conselho de Delegação - Lista A

Effectivos	Claudino Joaquim Ferreira	n.º 2289
	António Campos Mesquita	n.º 819
	Jorge Manuel Costa Pinto	n.º 5797
	António Lopes Matos	n.º 9026
	Manuel Carlos Lopes da Costa	n.º 8543
	Germano Coimbra de Sousa	n.º 1223
	João da Costa Vasconcelos	n.º 1400
Suplentes	Manuel Matos Vaz	n.º 9753
	João Jesus Pereira	n.º 6701
	António Fernandes Pais	n.º 3529

Programa de Acção

A Lista de candidatos aos Órgãos Sociais da Delegação de Viseu da A.D.F.A., apresentam, nos termos do articulado e do Regulamento Eleitoral, o seu Programa de Acção, conforme o referido no seu ponto específico para o efeito estatutariamente.

Dentro do estabelecido, os actuais Órgãos disponibilizam-se mais um mandato para concluir a obra em que se empenharam desde os mandatos anteriores, por acharem de extrema necessidade, urgentíssima encontrar forma de adequar as instalações da A.D.F.A. em Viseu, de forma a que os Deficientes das Forças Armadas aí se possam deslocar sem ajuda a terceiros.

Dentro destas linhas, em colaboração com a Direcção Central, depois de apresentado um projecto em que a Delegação se disponibilizou a participar, decidiu-se a adquirir um rés-do-chão dentro da cidade de Viseu, sem barreiras arquitectónicas a obstruir o acesso ao cidadão deficiente, aos idosos, pais de militares falecidos, e no fim de contas, a todos nós que estamos a entrar na terceira idade e temos todas as dificuldades em subirmos para um quarto andar, com o elevador a maior parte das vezes avariado e com frequência temos que vir ao meio da rua atender os associados que vêm de longe nos transportes públicos tratar dos seus problemas, e que por isso também as instalações dentro da cidade eram uma exigência que se impunha, facultando assim o livre acesso, sem barreiras a obstruir a todos os associados que vêm de toda a região beiral-tina à sua Delegação da A.D.F.A., em Viseu.

Dentro destas normas, em conjunto com a Direcção Central, a Direcção da Delegação está a envidar todos os esforços para que no acto da escritura se efectue o pagamento das instalações na totalidade, para que assim não seja necessário recorrer á banca para financiar o projecto.

Dentro das mesmas normas, pensamos no final estarem criadas as condições de bom funcionamento para que a Delegação de Viseu dê um grande salto e atinja a projecção devida que já deveria ter há muitos anos atrás, como seja, um melhor contacto com todos os Deficientes Militares e chamá-los à realidade associativa, um bom relacionamento com as entidades cívicas e militares de forma a que a A.D.F.A. seja divulgada, realizando para o efeito acções que projectem a A.D.F.A. para o exterior e lhe dê a credibilidade devida.

Cientes de que vamos efectuar um bom trabalho, vamos trabalhar para o conseguirmos, contando sempre com o apoio da Direcção central, a quem também daremos sempre a nossa colaboração, que pensamos ser a forma correcta de estar na A.D.F.A..

Secções de Voto

Conforme estatutariamente definido, no acto eleitoral funcionarão dia 17 de Junho, das 09.00 às 19.00 horas locais, Secções de Voto na Sede Nacional e nas Sedes de todas as Delegações, para além destes existirão também Secções de Voto nos seguintes locais:

Sede
Alcobaça - Sala da Assembleia Municipal.
Aveiras de Cima - Sede do Núcleo, Escola Grandella.

Peniche - Câmara Municipal.
Delegação de Famalicão
- Núcleo de Guimarães - Rua de St.º António, 157-R/c Dt.º.

Delegação do Porto
Chaves - Bombeiros Voluntários.
Lixa - Bombeiros Voluntários.
Ponte da Barca - Bombeiros Voluntários.
Santa Maria da Feira - Junta de Freguesia de St.º M.º da feira.

Viana do Castelo - Junta de Freguesia da Meadela.

Vila Real - Bombeiros Voluntários
Delegação de Viseu
- Núcleo da Guarda

• Para exercer o direito de voto os associados deverão apresentar o cartão/ADFA ou credencial e ter as quotas em dia •



COUCEIRO, Sócio nº 1
 • Sócio fundador, membro da Comissão Instaladora da ADFA e da Delegação do Porto
 • Membro de anteriores Órgãos Nacionais e da Delegação
 • Representante da ADFA na FMAC
 • Actualmente Presidente da M.A.G. Nacional



REINALDO, Sócio nº 2852
 • Sócio desde 1975
 • Membro de anteriores Órgãos da Delegação em mandatos diversos



PÓVOAS, Sócio nº 252
 • Sócio fundador da ADFA e membro da Comissão Instaladora Nacional
 • Fundador da Delegação do Porto, tendo pertencido a várias Direcções desde então.



ADÃO, Sócio nº 2109
 • Sócio desde 1975



BRUM DA COSTA, Sócio nº 9
 • Sócio fundador da ADFA
 • Membro de Órgãos Nacionais e da Delegação do Porto em várias ocasiões
 • Actualmente pertence à M.A.G. Nacional



MARQUES, Sócio nº 5960
 • Sócio desde 1977
 • Pertenceu a Órgãos da Delegação do Porto em ocasiões anteriores.



CARDOSO, Sócio nº 1425
 • Sócio desde 1975



MONTEIRO, Sócio nº 4627
 • Sócio desde 1976
 • Membro suplente do Conselho Nacional em 1989/91



HENRIQUES, Sócio nº 1641
 • Sócio desde 1975



PINA, Sócio nº 5134
 • Sócio desde 1976.
 • Anteriormente e em ocasiões diversas foi membro de Órgãos Nacionais e da Delegação.



REIS SANTOS, Sócio nº 6784
 • Sócio desde 1978.
 • Pertenceu já a vários Órgãos Nacionais e da Delegação.
 • Actualmente faz parte da Direcção da Delegação



NELSON, Sócio nº 2036
 • Sócio desde 1975
 • Pertenceu a vários Órgãos de Delegação em anos anteriores
 • Actualmente membro Suplente do Conselho Nacional



DINO, Sócio nº 6220
 • Sócio desde 1977
 • Fez parte de Órgãos Nacionais e da Delegação em várias ocasiões
 • Actualmente é membro da Direcção da Delegação



TEIXEIRA, Sócio nº 1201
 • Sócio fundador da Delegação do Porto e 1º Tesoureiro da Delegação.
 • Fez parte da Direcção Central e de outros Órgãos Nacionais até 1987.
 • Actualmente é Presidente da Direcção da Delegação do Porto.



FELGUEIRAS, Sócio nº 1080
 • Sócio fundador da Delegação do Porto e membro da respectiva Comissão Instaladora.
 • Fez parte de Órgãos da Delegação em ocasiões diversas.
 • Actualmente é membro da Direcção da Delegação.



SEQUEIRA FERREIRA, Sócio nº 3420
 • Sócio desde 1975
 • Várias vezes integrou Órgãos Nacionais e da Delegação
 • Actualmente é Tesoureiro da Delegação do Porto



ALBINO MAIA, Sócio nº 6041
 • Sócio desde 1977
 • Já fez parte de Órgãos da Delegação
 • Actualmente é membro do Conselho Nacional



FIGUEIREDO, Sócio nº 4299
 • Sócio desde 1976
 • Integrou Órgãos da Delegação em ocasiões anteriores
 • Actualmente é membro da M.A.G. Nacional



MÁRIO, Sócio nº 6138
 • Sócio desde 1977
 • Integrou Órgãos da Delegação em anteriores mandatos
 • Actualmente é membro do Conselho Fiscal da Delegação



OLIVEIRA DUARTE, Sócio nº 1383
 • Sócio fundador da Delegação do Porto
 • Membro de vários Órgãos da Delegação em anos anteriores
 • Actualmente é Presidente do Conselho Fiscal da Delegação



FERREIRA DE OLIVEIRA, Sócio nº 1642
 • Sócio desde 1975
 • Fez parte de Órgãos da Delegação em várias ocasiões anteriores

LISTA A

CONSELHO DA DELEGAÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

- Joaquim Francisco Couceiro Ferreira, (Sócio nº 1)
- Reinaldo Ramos Soares Ferreira, (Sócio nº 2852)
- Joaquim Mano Póvoas, (Sócio nº 252)
- Adão Manuel da Costa, (Sócio nº 2109)
- Alberto Manuel Brum da Costa, (Sócio nº 9)
- Francisco Pereira Marques, (Sócio nº 5960)
- Joaquim Cardoso, (Sócio nº 1425)

MEMBROS SUPLENTE

- José Gonçalves Monteiro, (Sócio nº 4627)
- Fernando Silva Henriques, (Sócio nº 1641)
- Jorge Eduardo Nave Pina, (Sócio nº 5134)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DA DELEGAÇÃO

- António da Silva Reis Santos, (Sócio nº 6784)
- Nelson Mário Oliveira Ferreira, (Sócio nº 2036)
- Bernardino Guimarães Correia (Dino), (Sócio nº 6220)

CONSELHO FISCAL DA DELEGAÇÃO

- Mário Armindo Silva Ferreira, (Sócio nº 6138)
- Albino Fernando Oliveira Duarte, (Sócio nº 1383)
- Fernando Ferreira de Oliveira, (Sócio nº 1642)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

- José dos Santos Rodrigues Teixeira, (Sócio nº 1201)
- Amadeu Artur Felgueiras, (Sócio nº 1080)
- Joaquim Sequeira Ferreira, (Sócio nº 3420)
- Albino Maia Pereira Lopes, (Sócio nº 6041)
- Américo Vieira Figueiredo, (Sócio nº 4299)

DELEGAÇÃO DO PORTO

A Candidatura da **LISTA A** é uma candidatura de **continuação**. Continuação de estabilidade e de plena colaboração com os Órgãos Nacionais, o que tem vindo a tornar possível a conclusão rápida de antigos dossiers de legislação do máximo interesse dos sócios (designadamente a Lei dos Grandes Deficientes Militares, Comparticipação Medicamentosa a 100%, Aumento de alguns Benefícios Fiscais).

Neste âmbito continua a ser prioritária a preocupação reivindicativa com legislação que contemple outros anseios de longa data (questão dos deficientes em Serviço, Estatuto do Deficiente Militar, Pensões de Preço de Sangue a todas as viúvas e filhos menores, Isenção de IRS, entre outros).

Está já a ser ultimada a implementação de um Estudo/Inquérito rigoroso e exaustivo a todos os sócios com o objectivo de conhecer ou actualizar o conhecimento, dos seus maiores interesses e anseios.

Até agora conseguimos levar a bom termo a maior parte daquilo que nos propusemos fazer. Assim, foi a Delegação do Porto modernizada em equipamento informático e de comunicação, têm estado a ser renovadas as instalações com a criação de novos espaços que proporcionem um convívio cada vez maior e mais frequente entre os sócios. A obra está à vista. Temos que a continuar e concluir para que o referido convívio entre os sócios seja agradável e suscite o orgulho na sua Associação.

A concretização do nosso projecto pretende tornar o espaço da Delegação um Ponto de Encontro Permanente entre os sócios. Para melhor nos conhecermos, para o reforço dos interesses comuns. **A ADFA é o nosso grande interesse comum. Participa.**

Em nome de uma camaradagem antiga,
Um abraço

LISTA

Delegação do Porto

Por um melhor Associativismo

Participação – Autónomo e Independente – Reivindicativo – Solidário

Melhores Serviços

VOTA



**Um Presidente Amigo
Não um Comandante**



Intervenção de Abel Fortuna, ladeado por Lavouras Lopes e Lopes Dias, candidatos a Presidente e Vice-Presidente da Direcção Nacional e por José Arruda, Presidente cessante.

**A Experiência de Abel Fortuna
ao Serviço da Renovação**

A Lista B aos órgãos sociais é promovida e integra o associado *Abel Fortuna* que põe a sua experiência e capacidade na defesa dum *Projecto Associativo Dinâmico* para a *Renovação e Desenvolvimento* da Delegação.

Com ele, na Lista B, estão associados que sempre estiveram na **1ª Linha do Combate Associativo** e que, com ele, contribuíram para o engrandecimento da Delegação, e da ADFP, e para as conquistas mais significativas para os Deficientes Militares.

São exemplos marcantes:

- 1 - Participação activa no processo da obtenção do Decreto Lei 43/76;
- 2 - Participação directa e activa na acção que culminou com a obtenção das ADME's;
- 3 - Participação directa e activa no processo de Revisão Estatutária que levou à revitalização da vida associativa;
- 4 - Representante das organizações de deficientes no Conselho Municipal do Porto;
- 5 - Coordenador do grupo de trabalho representativo das organizações de Deficientes, junto da Associação Industrial Portuense (AIP) e do Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR), na organização da 1ª. Feira Internacional de Ajudas Técnicas (AJUTEK) realizada na EXPONOR;
- 6 - Participação activa nos Congressos Nacionais da ADFP, com a apresentação de trabalhos, em especial, nas áreas **Reivindicativa** e do **Associativismo**;
- 7 - Principal responsável e dinamizador da vinda a Portugal do Presidente do Fundo Mundial de Reabilitação, que junto do Governo, permitiu desbloquear os apoios para o desenvolvimento da nossa Oficina de Próteses e, posteriormente, da criação do nosso Centro de Reabilitação Profissional;
- 8 - Dinamizador da criação do Centro de Reabilitação.

Esta experiência é garantida dum novo impulso na Vida Associativa da Delegação e da defesa consequente dos direitos dos Associados.

Lista B

MAGD

Presidente	Henrique Rodrigues
1º Secretário	José Ribeiro
2º Secretário	Venâncio Santos

Direcção Central

Presidente	Abel Fortuna
Secretário	Leonel Pereira
Tesoureiro	Gil Garcia
1º Vogal	Alcino Machado
2º Vogal	Carlos Correia

Conselho de Delegação

Jaime Ferreri	-Pte da Barca
Nicolau Azevedo	-Espinho
Guilherme Carneiro	-Paredes
Alberto Casais	-Matosinhos
Luís Silva	-Vila do Conde
Manuel Silva	-Chaves

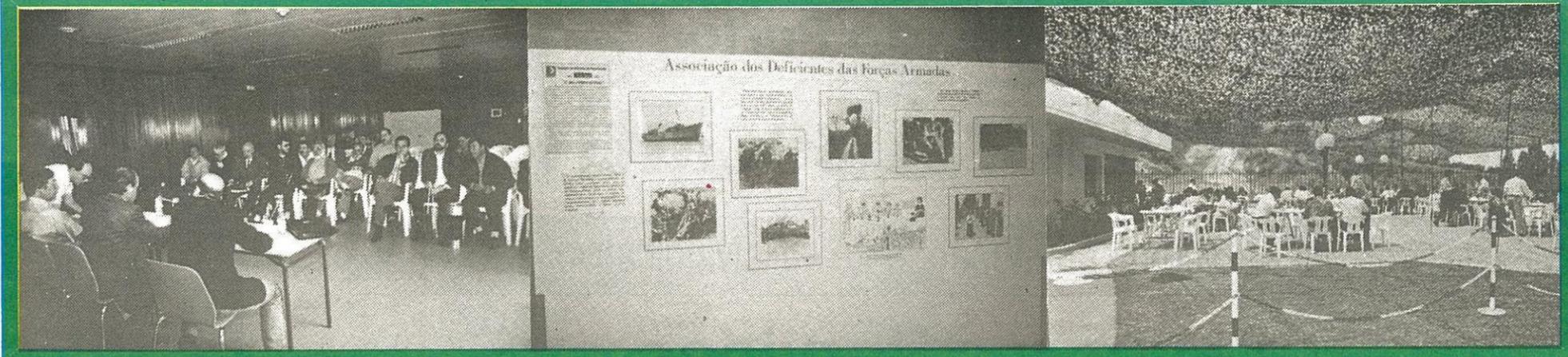
Conselho Fiscal

Presidente	Augusto Santos
Relator	Guerreiro de Sá
Vogal	Francisco Teixeira

Albino Loureiro	-Felgueiras
Manuel Martins	-V. do Castelo
Andres Magano	-Porto
Jaime Rocha	-Porto

**Na Primeira Linha da Defesa
dos Direitos dos Deficientes Militares**

- Obtenção do direito da Pensão Preço de Sangue para as Viúvas
- Obtenção dum estatuto justo para os Deficientes em Serviço
- Obtenção de Normas Jurídicas para:
 - a. Regularização da acumulação de Pensões;
 - b. Direito ao subsídio de desemprego,
 - c. Direito à contagem de tempo de serviço militar para efeitos de Pensão;
 - d. Direito às regalias sociais a trabalhadores deficientes.
- Pugnar pela criação de condições de apoio aos Grandes Deficientes e à Terceira Idade
- Reposição de regalias no cumprimento da Legislação existente:
 - a. Escalões;
 - b. Subsídios aos Pára-quedista;
 - c. Redução das tarifas nos transportes públicos (Comboio e Avião).



21º Aniversário da ADFA

Texto de Armindo Roque
Fotos de Farinho Lopes

Revisão Estatutária terminada e Festa ao ar livre na Sede

Com o 21º Aniversário da ADFA terminou também o processo de Revisão Estatutária.

Em festa simples comemorou-se a mais importante data da nossa associação, no dia 14 de Maio, num ambiente de grande amizade e camaradagem, com a participação de cerca de uma centena de associados que, desde as 10:00H da manhã até ao fim da tarde, tiveram oportunidade de conviver, comer e participar em actividades associativas.

Na instalações da Sede realizaram-se, no dia 14 de Maio, as comemorações do 21º Aniversário da ADFA.

Foi montada uma exposição sobre os 21 anos de vida da nossa associação, no Salão de entrada da Sede. Ali podiam ver-se fotografias da Guerra Colonial e inclusive um prospecto distribuído por um dos movimentos de libertação, cujo tema eram os deficientes que essa guerra causava. A exposição mostrava as principais actividades da ADFA, as suas reivindica-

ções e o trajecto que se fez desde o Palácio da Independência até à Nova Sede.

SARDINHADA AO AR LIVRE

Ao ar livre, num dia de sol brilhante, debaixo de uma rede de camuflagem, gentilmente instalada na esplanada em frente ao Bar pela arma de Engenharia, sócios vindos de diversas delegações participaram numa alegre sardinhada, com muita música, num ambiente muito descontraído, que forneceu oportunidade para um são convívio. Foram lembrados acontecimentos próximos, outros mais longínquos mas sobretudo falou-se muito do futuro da ADFA.

O ambiente que pairava no ar era de satisfação e optimismo, que nem a demora com que foram servidas as febras conseguiu desvanecer.

Procedeu-se, como habitualmente, ao partir do bolo de aniversário pelos presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção Central e do Conselho Fiscal Central.

Alguns sócios consideraram que o aniversário da ADFA deveria ter tido uma maior dimensão e actividades culturais e desportivas. No entanto, como se estava numa época em que tinha havido uma intensa actividade associativa, em virtude da recente Revisão Estatutária e dos subsequentes preparativos do acto eleitoral, compreende-se que este aniversário tenha ficado um pouco esbatido no meio de toda esta azafama.

ASSEMBLEIA GERAL

Da parte da manhã realizou-se uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária, às 10:00H, cujo ponto único era a "Correcção técnica de redacção dos artigos 26º, 59º e 61º dos Estatutos da ADFA, aprovados na AGN de 4 de Março, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral da República. Estas correcções foram aprovadas por unanimidade.

Foi também ratificada a respectiva acta, com o que ficou definitivamente concluído todo este longo e difícil processo da Revisão Estatutária.



Federação Mundial de Antigos Combatentes

O Fim da Guerra na Europa 50º Aniversário

A propósito do 50º aniversário do fim da 2ª Guerra Mundial, o Presidente e Secretário-Geral da FMAC emitiram a mensagem que a seguir se publica na íntegra.

Maio de 1945 - Maio de 1995

O quinquagésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, na Europa, celebrado este mês de Maio, constitui para a Federação Mundial dos Antigos Combatentes e para as associações membros, a ocasião de lembrar o seu significado e de reafirmar o nosso envolvimento comum.

As celebrações deste cinquentenário marcam, efectivamente, a vitória dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, a vitória da dignidade humana sobre a barbárie das ditaduras nazis e fascistas, a vitória da liberdade sobre a tirania.

Constituem, portanto, em primeiro lugar, um testemunho de respeito e de reconhecimento a todos os que perderam a vida ou que trazem, no corpo e no espírito, as cicatrizes desta tragédia, uma das mais terríveis que a humanidade conheceu ao longo da sua história.

Mas, face aos conflitos armados que continuam a grassar no mundo, face à violação dos direitos do homem e dos direitos internacionais humanitários, estas celebrações devem reforçar o nosso empenhamento e a nossa determinação para prosseguir esforços, para que, como diz o nosso Credo, o desejo de paz e de progresso possa e deva tornar-se "uma força irresistível contra a guerra, a violência e a degradação" e "para que reinem enfim a paz, a liberdade e a igualdade."

Barreiras Culturais da Integração

Colóquio na Sede da ADFA

Sábado - 8 de Julho

O projecto em curso na ADFA sobre as "barreiras culturais da integração dos deficientes" termina no final de Junho.

Tem vindo a ser realizado um trabalho de investigação nos domínios da literatura, cinema, história, imprensa, legislação e atitudes, cujas conclusões serão apresentadas num colóquio final, a realizar no próximo dia 8 de Julho.

Para além da intervenção dos investigadores do projecto, conta-se, neste colóquio, com a participação de especialistas das diferentes áreas tratadas.

Contar-se-á também com a presença de representantes das estruturas oficiais da reabilitação, nomeadamente o Secretário Nacional de Reabilitação.

A presença do responsável do organismo coordenador da reabilitação, em Portugal, revestir-se-á de especial importância, dado tratar-se de um debate sobre as causas profundas da marginalização. Só conhecendo as causas dum fenómeno que afecta grande parte da população, será possível programar as políticas adequadas para lhe fazer face.

Contar-se-á igualmente com a participação de representantes das diversas organizações de deficientes, procurando-se aproveitar mais esta oportunidade para envolver todos os deficientes numa reflexão que deve ser cada vez mais aprofundada.

Os sócios da ADFA estão naturalmente convidados e espera-se, como é habitual, a sua participação activa nos debates que decorrerão das 9 às 19 horas.

"Filhos de Um Deus Menor"

de Randa Haines com William Hurt e Marlee Martin

Quarta-feira, 28 de Junho às 18H00
na Sede da ADFA

A actriz, Marlee Martin, que desempenha o papel de surda-muda com problemas emocionais muito fortes, conquistou com este trabalho o Óscar para melhor actriz em 1987.

A seu lado William Hurt, o professor da surda-muda e também seu marido.

Os dois formam um casal por quem não é possível deixar de sentir uma admiração e simpatia fora do comum.

O filme narra uma belíssima história de amor com um final feliz.

Após o filme, realizar-se-á de imediato, um debate extensivo a todos os participantes, sócios, familiares, amigos e convidados, esperando-se das pessoas surdas um contributo especial através da manifestação, espontânea e informal, do seu profundo sentir e da sua rica experiência.

Esta sessão será realizada em articulação com o Instituto Jacob Rodrigues Pereira, da Casa Pia de Lisboa, e o debate será efectuado com tradução em língua gestual.